

# EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT



## As conquistas do VI Encontro

Cantando o hino da Internacional, os 560 delegados — representando cada um deles mil filiados — fecharam a última plenária do VI Encontro Nacional do PT.

Um Encontro na história: ele abre a arrancada final da campanha para a conquista do governo do país. As três resoluções políticas aprovadas — Conjuntura e tática, As Diretrizes do Programa de Ação do Governo e As Bases para o Programa de Ação do Governo — fornecem elementos-chave para o partido retomar a ofensiva na conjuntura.

A resolução **As eleições presidenciais e a candidatura Lula propõe** ao seu final: “A hora é de constituir em cada cidade, bairro, local de trabalho ou estudo Comitês Populares Pró-Lula. São estes comitês que vão garantir a vitória de nosso candidato, são os principais instrumentos de mobilização e organização popular da campanha.”



“Não nos deixaremos impressionar pela violência. Nos defenderemos com o que tivermos à mão.” Os estudantes e trabalhadores da praça Tian An-men cumpriram a sua palavra: com mãos e pedras defenderam a sua utopia contra os tanques, gritos furando o cerco das rajadas de tiros. O VI Encontro do PT cravou em palavras, em resoluções, estes gritos: “não há socialismo sem democracia! Abaixo a burocracia assassina!”





# O VI Encontro

É preciso um esforço concentrado e unitário da direção partidária para transformar o

Com a realização do VI Encontro Nacional, o PT conclui o processo de preparação para disputar o governo do país nas eleições de novembro de 1989. No fundamental, as resoluções aprovadas armam o partido para a campanha eleitoral.

A presença dos 560 delegados — representando cada um mil filiados — evidencia o crescimento do PT desde o V Encontro, realizado em dezembro de 1987 (onde estiveram presentes 360 delegados).

As resoluções do VI Encontro avançam em pontos-chaves no patamar de unidade política do partido construída no Encontro anterior. Elas resultaram de um processo coletivo de elaboração na direção do partido, através das várias reuniões do Diretório Nacional e da comissão executiva.

Este processo de criação de um certo campo de unidade política no Encontro — facilitado pelo fato de que não estava colocada a disputa pela renovação do Diretório Nacional — fez com que posições de caráter socialdemocratizantes tivessem uma incidência restrita no plenário do Encontro (concentrando-se na definição das propostas econômicas do Plano de Ação do Governo). A votação dos textos bases agrupou numa pequena minoria — em geral, com teses esquerdistas — os companheiros delegados das tendências Convergência Socialista, O Trabalho e Luta pelo Socialismo.

## Conjuntura e diretrizes

Apresentaram-se três documentos no tema **Conjuntura e tática**. Um deles, apresentado pela Vertente Socialista, em caráter de contribuição complementar ao texto apresentado pela direção, não foi à votação (iria a votos apenas um trecho de formulação sobre a tática, como emenda aditiva). O texto apresentado pela direção obteve larga maioria frente ao outro, apresentado pela Convergência Socialista, O Trabalho e Luta pelo Socialismo.

A resolução aprovada sobre **Conjuntura e tática** incorporou (na forma de



O discurso emocionado de Lula ao final do Encontro: uma linha de classe e radicalizada

uma emenda aditiva, apresentada pela Democracia Socialista) os fundamentos da idéia de que o país vive uma crise estrutural e histórica e, além disso, que a conjuntura imediata é marcada por uma forte crise de governo combinada com o início de uma crise de regime.

O documento aprovado supera a idéia de que estamos vivendo um período de estabilidade institucional e que a nossa estratégia passa por uma lenta acumulação de forças no plano institucional e da luta econômica reivindicativa. Foi derrotada, por outro lado, a visão de que já vivemos uma crise plena do regime da “Nova República” ou uma situação que poderia ser caracterizada como pré-revolucionária.

A resolução **Diretrizes do Programa de Ação de Governo**, já antes aprovada por ampla maioria no Diretório Nacional do partido, sofreu ainda pequenas emendas no Encontro que clarificavam a idéia da necessidade de uma ruptura com o Estado burguês para a construção do socialismo.

Como já foi comentado na edição do

**EM TEMPO** n.º 234, a resolução **Diretrizes** avança as teses do V Encontro Nacional sobre o governo democrático e popular em pelo menos quatro questões-chaves:

- a incorporação da distinção clara entre governo e poder;
- a defesa da idéia de uma hegemonia proletária no governo democrático e popular;
- a noção de que o governo democrático e popular é um governo em choque com o capital monopolista e as instituições do Estado burguês, isto é, a idéia de que um governo com esta característica de classe só pode realizar o seu programa rompendo os limites do capitalismo (negando, portanto, a idéia de uma etapa histórica separando a luta pelas reformas da luta pelo socialismo).

- o maior desenvolvimento da tese que vincula a defesa do socialismo com a idéia da democracia, rejeitando explicitamente o princípio do partido único.

A aprovação da resolução **Diretrizes**, por esmagadora maioria de votos, representa a derrota da idéia de que o programa de governo do partido deveria se limitar a objetivos viáveis nos limites do capitalismo e das instituições estatais vigentes. Representa, por outro lado, a rejeição da idéia de que a vitória do PT nas eleições presidenciais criaria as condições imediatas para a aplicação de um programa socialista ou mesmo a instauração automática de um poder dos trabalhadores.

## O Programa de Governo

O documento **As bases do Programa de Ação de Governo** contém um leque de medidas bastante avançadas no plano da luta contra o regime da “Nova República” e da democratização radi-

cal do Estado. Mas no terreno das propostas econômicas é limitado em alguns aspectos-chaves.

O item “**Democratização do Estado e da sociedade**” faz uma crítica abrangente do Estado brasileiro e defende a idéia de que as propostas do PT “exigem reformas na atual Constituição”.

Ele inclui medidas decisivas como:

- “o estímulo à organização do poder popular, abrindo campo para a auto-organização dos trabalhadores”;
- “a participação dos trabalhadores na gestão das empresas estatais”;
- um amplo leque de medidas de fim da tutela militar, de democratização e controle sobre as Forças Armadas (O VI Encontro rejeitou incorretamente uma emenda que continha a reivindicação clássica do direito de sindicalização para soldados e marinheiros);
- reformas amplas da legislação eleitoral e do sistema de representação parlamentar;

- o princípio de que “as rádios e TVs só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis e sem fins lucrativos” e de que “o governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e o oligopólio da área de comunicação social”;
- “o incentivo à criação de mecanismos de controle social sobre a economia”, inclusive “a garantia da livre organização dos trabalhadores nas empresas, de formação de conselhos de empresa e direito de controle destes sobre a política trabalhista”.

As propostas econômicas levadas ao Encontro (criticadas na edição 235 do **EM TEMPO**), são incorretas em seu enfoque geral, extremamente defensivas, e, em particular, na consideração que fazem do papel do Estado, e do grau de estabilidade social que caracterizará o governo democrático e popular. Três emendas foram incorporadas:

- a posição de princípio do partido de ser contra o pagamento da dívida externa, mediada pelos encaminhamentos definidos na proposta original (suspensão imediata dos pagamentos, rompimento com o FMI, auditoria da dívida, convocação de uma conferência internacional de devedores etc);

- a formulação da proposta do novo modelo econômico que o governo do PT buscará implementar sofreu o acréscimo de uma formulação que torna menos genéricos os seus princípios: a) seu caráter antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário, partindo da compreensão de que o imperialismo, os monopólios e os latifúndios são responsáveis pela situação de marginalização e miséria em que se encontra a maioria do povo brasileiro e de que, para alterar de forma profunda e estável as condições de vida do povo é preciso mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente; b) para garantir um crescimento da

## EM TEMPO:

Uma publicação da  
tendência Democracia Socialista do PT

**Conselho Editorial:** Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Issac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juares Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.  
**Jornalista Responsável:** Américo Antunes. Reg. MTPS n.º 2.769.  
**Diagramação:** Adelaide Jóia

**EM TEMPO:** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Arthur de Azevedo, 556, Pinheiros — São Paulo. Fone: 852-8880. CGC n.º 46.093.0001-10.  
**Sucursais:** Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.



# e os desafios da hora

*patrimônio político construído pelo VI Encontro em uma força ofensiva na conjuntura.*

economia brasileira, de forma estável e autônoma é preciso romper laços de espoliação financeira e dependência tecnológica com o sistema imperialista internacional;

c) redefinição das funções do Estado, que passa a ser o elemento central na nova estruturação da economia, assumindo com grau muito maior que controle sobre ela e inclusive o controle direto de setores produtivos e financeiros estratégicos;

d) subordinação da propriedade privada dos grandes meios de produção e distribuição aos objetivos sociais da atividade econômica, enfrentamento com o capital monopolista, o imperialismo e os latifúndios que será tão radical quanto o permite a correlação de forças;

— o compromisso explícito do partido em assegurar a todo trabalhador a elevação de seu salário até o mínimo fixado pelo DIEESE.

O VI Encontro, a partir de argumentos técnicos (contestáveis, aliás) recusou a inclusão do compromisso com a estatização do sistema financeiro no programa de governo. Ficou a formulação genérica e recuada de que “o governo democrático-popular aumentará seu controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar inclusive à estatização”.

O Programa de Ação de Governo inclui cinco metas na luta contra a opressão da mulher: trabalho doméstico, trabalho assalariado e mercado de trabalho; defesa das mulheres contra a violência; uma educação não sexista; a defesa de um ministério ou secretaria especial para a mulher. Uma emenda em defesa do direito de aborto, aprovada em vários grupos, ficou de ser apreciada no Diretório Nacional porque não houve tempo para sua apreciação em plenário.

Visto em sua globalidade, o Programa de Ação de Governo oferece ao PT a possibilidade de se apresentar com uma plataforma ofensiva na cena eleitoral, claramente delimitado dos outros partidos de oposição ao governo Sarney.

## Novo perfil para a campanha

A resolução **As eleições presidenciais e a candidatura Lula** não pode ser discutida em plenário, em função da exiguidade de tempo.

O documento é amplamente condescendente na avaliação dos passos da campanha até agora. Mas fornece elementos chaves para abrir uma nova fase de ofensiva na campanha.

Além de defender o esforço para a consolidação da Frente Brasil Popular, o documento indica que “o fundamental é que a campanha presidencial esteja intimamente ligada às mobilizações

sociais em geral e às greves em particular. Isto é válido tanto para os movimentos setoriais como para a eventualidade de uma greve geral que a CUT venha convocar e que terá o apoio do PT”.

A resolução coloca uma nova e decidida ênfase na formação dos Comitês Populares: “Mais grave, entretanto, é que a formação dos Comitês Populares pró-Lula ainda não se transformou no principal eixo de organização e mobilização da campanha. A militância ainda não assimilou a idéia de que a campanha, para assumir um caráter de massas, deve transbordar os limites da organização dos partidos da Frente, incorporando milhares ou milhões de não filiados a partido algum.”

“(…)A hora é de constituir em cada cidade, bairro, local de trabalho ou estudo Comitês Populares Pró-Lula. São estes comitês que vão garantir a vitória de nosso candidato, são eles os principais instrumentos de mobilização e organização popular da campanha.”

Assentados na força destes comitês, a estratégia da campanha prevê a realização de grandes comícios em cerca de cem cidades, finalizando com sete gigantescos comícios nas sete maiores cidades do país.

## China e Anistia

O VI Encontro aprovou uma resolução por unanimidade que é um marco na constituição da tradição antiburocrática e internacionalista do partido. Ela repudia com os termos políticos corretos a ação criminosa da burocracia chinesa, conclama à mobilização contra a condenação à morte dos jovens estudantes e trabalhadores condenados à morte. Decide ainda romper as relações partidárias com o Partido Comunista Chinês.

Episódio marcante do VI Encontro foi a cerimônia pela passagem dos dez anos da conquista da Anistia no Brasil. Retomada no excelente discurso de encerramento feito por Lula, a idéia da continuidade do PT frente à tradição dos combatentes revolucionários mortos pela ditadura militar ou pela ação do latifúndio, com a complacência da “Nova República”, teve forte impacto político e emocional no Encontro.

## A polêmica da vice

O debate sobre a escolha do candidato a vice-presidência tensionou todo o VI Encontro. Decisão difícil porque já pesava sobre os delegados a ameaça explícita de rompimento da Frente Brasil Popular por parte do PSB e, de forma insinuada, também pelo PCdoB.

A posição, afinal aprovada pela maioria do plenário, continha três elementos chaves:

— o candidato a vice deveria ser de fora do partido;

— a preferência majoritária dos petistas era por Fernando Gabeira do Partido Verde;

— esta preferência era indicativa, podendo ser alterada em favor de um terceiro nome caso se colocasse uma situação de iminente rompimento da Frente Brasil Popular.

Esta proposta era, por uma pequena margem de votos, minoritária na executiva nacional, dividia a direção e as bases da “Articulação”, mas expressou sem dúvida a vontade majoritária dos delegados ao VI Encontro.

## Três temas

Três temas ficaram à sombra do VI Encontro e devem ser objeto de um esforço especial de resolução pela direção do partido neste próximo período. Eles têm forte impacto na conjuntura do país e no próprio resultado das eleições.

O primeiro deles é o das administrações petistas: um balanço geral das experiências e a elaboração de iniciativas comuns de governo.

Outro é o da ação do movimento sindical, dirigido pelos petistas, frente ao agravamento explosivo da crise econômica nos próximos meses.

E, enfim, os temas da construção partidária. Pode-se falar hoje em uma significativa defasagem entre o avanço das resoluções políticas do partido e a sua construção orgânica.

## O tempo não pára

No calendário político acelerado que estamos vivendo, O VI Encontro é um grande marco de referência para o nosso futuro imediato.

Seria ilusão, no entanto, pensar que este patrimônio político construído no VI Encontro se transferirá automaticamente para ação das dezenas de milhares de petistas e apoiadores da Frente Brasil Popular em todo o país. Ele exige um esforço concentrado e unitário da direção.

Pesa ainda sobre a militância petista um estado de ânimo que combina impaciência e falta de iniciativa diante das debilidades da direção da campanha no primeiro semestre e o arrastado episódio da escolha da vice (agravado, sem dúvida, pelo comportamento de dirigentes do partido como Francisco Weffort que, em franco desrespeito às decisões do VI Encontro, foi dois dias após o seu término disparar torpedos contra a candidatura Gabeira no jornal *Folha de São Paulo*).

Romper esta paralisia, socializar a compreensão das teses do VI Encontro, fazer um esforço organizativo concentrado na formação dos Comitês da Frente Brasil Popular, dotar a candidatura Lula de iniciativas ofensivas na conjuntura são as grandes tarefas da hora. O tempo não pára.



Neste livro, Mandel aborda uma questão da mais candente atualidade política: as reformas inauguradas pelo secretário-geral do PC da União Soviética, Mikhail Gorbachov. Reformas graças às quais se rompeu o gelo stalinista e a URSS deixou de ser o “espantalho” cômodo agitado pela propaganda anticomunista do Ocidente.

Recusando tanto as posturas doutrinárias (que negam a importância histórica das reformas em curso) quando o adesismo ingênuo à política de Gorbachov, Mandel procura analisar com realismo as contradições do processo. Indo à contra-corrente dos lugares comuns veiculados pela propaganda e pelo jornalismo, ele mostra que a **glasnost** e a **perestroika**, longe de serem complementares, tenderão cada vez mais a se opor. Porque na medida em que se reforçar a “transparência”, a democratização, a liberdade de expressão e de organização (isto é, a **glasnost**), crescerá também a contestação dos trabalhadores aos aspectos negativos da **perestroika** (a reforma econômica): a introdução de mecanismos de mercado conduzindo à desigualdade social e ao desemprego.

Mais importante que a figura de Gorbachov — que representa a ala mais lúcida e inteligente da burocracia — é a dinâmica explosiva gerada por suas reformas, que poderá ter como resultado a ação e organização **autônomas** das massas soviéticas.

Obra original e eminentemente polêmica, este livro de Mandel representa um ponto de vista diferente, uma perspectiva radicalmente distinta das teses habitualmente desenvolvidas no debate atual sobre a **perestroika**.

Michael Löwy

*Além da perestroika — A era Gorbachov e o despertar do povo soviético, Ernest Mandel — Editora Busca Vida. Volume I, 208 páginas, NCz\$ 15,00. Volume II, 222 páginas, NCz\$ 18,00.*

*Pedidos para Editora Aparte Ltda: Rua Artur de Azevedo, 556, Pinheiros — São Paulo, SP. CEP: 05404*



# A ameaça de hiper-inflação

É decisivo que a CUT elabore um plano de emergência de ataque à inflação,

Américo Bernardes e Juarez Guimarães

**S**ão cada vez mais fortes os sinais de que a economia brasileira caminha para hiperinflação, para a perda completa do controle da inflação.

Uma situação de hiperinflação ou próxima a ela não interessa aos capitalistas em seu conjunto. Pois com ela, perdem valor todos os seus ativos em dinheiro, em títulos do governo (que perdeu inteiramente a credibilidade como fonte emissora de dinheiro), além do impasse completo do mercado na ausência de um equivalente geral de troca.

Mas a hiperinflação é causada justamente por uma corrida de cada grande capitalista para proteger seus ativos, em um momento em que a moeda corrente é cada vez menos garantida. O interesse de cada um se choca com o funcionamento do sistema em seu conjunto. E aquele que teria a função de salvaguardar o interesse geral do sistema — o governo — não tem condições de exercê-la por diversas razões.

É, no entanto, sobre os assalariados que o custo de uma situação hiperinflacionária recai de forma mais terrível. Para uma grande massa de trabalhadores, com a violenta erosão do poder de compra dos salários, é a própria sobrevivência que está em jogo.

## Panorama sombrio

Há três fatores que trabalham na direção de uma hiperinflação.

O primeiro deles é que a economia já está no fio da navalha. São quatro as zonas de turbulência:

— a inflação oficial saltou dos 9,94% em maio para 24,83% em junho (previsão do IBGE) e nada indica que ela irá se estabilizar neste patamar;

— a recessão continua seu curso: o Produto Interno Bruto registrou uma queda de 2,36% no primeiro trimestre deste ano, em relação a igual período de 1988 (é a maior queda nos últimos três anos);

— apesar do superávit comercial previsto para 16 bilhões este ano, as contas externas estão sob grande pressão e o governo já considera a possibilidade de uma moratória forçada em setembro, quando vence uma parcela de três bilhões de dólares de pagamento dos juros da dívida externa; o Brasil não terá acesso ao Plano Brady este ano e mesmo o acordo com o FMI (com a conseqüente liberação de 4,4 bilhões de dólares de empréstimos) está extremamente dificultado; prevê-se uma evasão ilegal de dívidas da ordem de dez bilhões de dólares para este ano; a remessa de lucros e dividendos, por meios legais, deverá superar muito a previsão inicial do governo;

— o mercado especulativo está ficando cada vez mais “nervoso”, agitado: calcula-se que há uma massa equivalente a 70 a 90 bilhões de dólares gi-

rando na especulação; as Bolsas de Valores, que numa dinâmica puramente especulativa haviam registrado os maiores índices de lucratividade no ano passado, sofreram agora o primeiro “estouro”, com o caso Naji Nahas; as taxas de juros em bases anuais, pagos por Certificados de Depósitos Bancários prefixados de 60 dias, saltaram de 524% no início de maio para 2.900% na segunda quinzena de junho; e cada dia fica mais difícil para o governo rolar os títulos da dívida pública, pois os capitalistas não têm segurança alguma sobre qual será a política que o novo governo vai assumir; há uma procura cada vez maior por ativos não depreciáveis (ouro, dólar) que pode se tornar explosivo nos próximos meses.

O segundo fator que conspira no rumo de uma hiperinflação é a falta absoluta de credibilidade do governo Sarney em dirigir a economia, após o fracasso do terceiro choque heterodoxo. Esta ausência de credibilidade deverá ser ainda maior pela aproximação do final de seu mandato.

O terceiro fato é a grande margem de imprevisibilidade acerca de quem será eleito presidente da República.

## A proposta do grande capital

É exatamente por prever uma direção catastrófica nos rumos da economia que o grande capital tomou uma iniciativa extraordinária e abrangente para salvaguardar seus interesses.

No dia 14 de junho, oitenta empresários de grande porte reuniram-se em São Paulo para aprovar um programa econômico de emergência. A linguagem, o encaminhamento e o conteúdo do documento aprovado esclarecem as opções do grande capital nesta conjuntura crítica.

O documento preocupa-se em passar a imagem de que as propostas ali defendidas são universais, isto é, preservam o interesse de todos: o plano “é apenas e tão-somente a proposta de um segmento da sociedade brasileira, preocupado com a preservação da democracia e da estabilidade política”. Trata-se, diz ao final, “que todos tenham consciência de que a inércia con-

duzirá inexoravelmente ao sacrifício máximo, política e economicamente” e “antecipar os acontecimentos, partilhando sacrifícios menores, visando ao objetivo maior de dar condições plenas de operacionalidade do sistema econômico, ensejando ao país a escolha de seu futuro presidente da República em clima de ordem e tranquilidade”.

Os empresários optaram por encaminhar o documento ao Congresso Nacional “por acreditar que esta instituição é o veículo correto de transmissão dos anseios da sociedade brasileira, o elo de ligação entre a vontade dos cidadãos e o Poder Executivo. A legitimidade que os parlamentares adquiriram através do voto os credencia a agir neste momento de dificuldades, no qual o heroísmo deve ser substituído pela coragem”.

A opção em eleger o Congresso como fórum de negociação não é gratuita. Ela já havia sido sugerida por Simonsen, hoje o grande ideólogo do grande capital, além de conselheiro privilegiado de Mailson da Nóbrega. Em um momento em que o poder Executivo torna-se inoperante e incerto no futuro imediato, o Congresso, com sua composição seguramente conservadora, torna-se uma instituição chave para o grande capital.

O documento traça como objetivo: “Sejamos realistas. O momento não aconselha utopias e sonhos inalcançáveis. Ao invés de buscar pouco prováveis taxas de inflação de um dígito, devemos cuidar de evitar a escalada hiperinflacionária.”

Em seguida, propõe um roteiro de nove medidas que comporiam um “programa que deverá vigorar, através de Lei votada pelo Legislativo até trinta dias após a posse do novo presidente da República”. As nove medidas são todas voltadas para a contenção do déficit público, via contenção de gastos de pessoal, privatizações, “garantia de gestão profissional” das estatais.

A principal medida, porém, na linha proposta por Simonsen, é a garantia de “que os títulos públicos serão honrados nos seus prazos de vencimento”. Isto é, uma garantia de que não haverá

qualquer tipo de moratória da dívida interna ou desvalorização dos títulos públicos hoje, em sua maioria, em poder dos grandes capitalistas. É esta enorme soma de dinheiro investido nos títulos públicos (cerca de 70 bilhões de dólares), rendendo para os capitalistas uma taxa de 20% ao ano, que é a mais vulnerável na atual conjuntura e que eles querem garantir a qualquer custo.

## Métodos errados

Em uma situação como essa, como o movimento sindical pode e deve agir para defender os interesses dos trabalhadores?

Temos inicialmente que criticar duas visões:

1) A visão que insiste em manter o movimento encerrado na luta puramente econômica, de reivindicações de reajustes salariais que compensem as perdas geradas pelo crescimento da inflação. Já vimos, em artigos publicados anteriormente, como este método de lutas é hoje **atrasado**. A inflação de maio e a prevista para junho já cassaram de fato os reajustes conseguidos no combativo ciclo de greves de abril. Nas vésperas de uma hiperinflação este método passa a ser **perverso**: precisa-se lutar cada vez mais — greves mais longas e pesadas — para obter conquistas cada vez menores que serão cassadas pela inflação em um prazo cada vez mais curto.

2) A visão que congela a preparação de um ascenso do movimento sindical, jogando todo o peso na campanha de Lula, entendida como fato puramente eleitoral. Esta visão tem dois problemas fundamentais: deixa os trabalhadores completamente indefesos diante dos ataques que estão sofrendo; esquece que exatamente o instrumento mais poderoso da campanha é o ascenso das lutas, do grau de autoconfiança que os trabalhadores depositem em suas próprias forças.

Se se caminha, como é provável, para um cenário econômico como o previsto, as massas trabalhadoras não fi-





# e o movimento sindical

*a partir do ponto de vista dos trabalhadores. E lute por ele, de forma unificada.*

carão paradas. Reagirão por conta própria, como ocorreu na Argentina, de forma explosiva e desorganizada. Seria uma cassação na prática da confiança que os trabalhadores depositaram na CUT como instrumento de defesa dos seus interesses.

## Plano de emergência

Em um momento em que a inflação, com suas consequências devastadoras, se torna o problema fundamental é preciso que o movimento sindical construa uma resposta global a ela.

O papel da CUT é elaborar um plano de emergência de ataque a inflação, a partir do ponto de vista dos trabalhadores. E lutar por ele, de forma unificada, trazendo atrás de si as massas populares que não têm tradição de organização sindical mas que são tão ou mais atingidas pela inflação.

Um plano de emergência como este é, portanto, classista em um duplo sentido: porque defende os assalariados em seu conjunto; porque se contrapõe às propostas dos capitalistas, interessados sobretudo em preservar os seus patrimônios.

Um plano emergencial de combate à escalada da inflação do ponto de vista dos trabalhadores deve conter medidas rígidas de controle dos preços somadas à recomposição dos salários e combinadas com o ataque às raízes da inflação.

Nessa linha ele deve propor:

— tabelamento rigoroso dos preços dos produtos, definindo novas penalidades às empresas e estabelecimentos comerciais que desrespeitarem o congelamento; ampla mobilização popular **autônoma** para controlar preços e distribuição dos produtos;

— reposição das perdas salariais, elevação do valor real do salário mínimo e reajuste mensal dos salários de acordo com os índices calculados pelo Dieese;

— cessação imediata do pagamento dos juros da dívida externa, renegociação dos prazos e juros da dívida pública, ampla redução das taxas de juros, intervenção nos mercados do dólar paralelo e do ouro.

Um plano de emergência dos trabalhadores contra a inflação diferencia-se radicalmente da política econômica do governo, que tem alternado a adoção de choques heterodoxos — congelamento provisório de preços em geral com depreciação de salários e criação de novos padrões monetários — com as medidas de cunho ortodoxo, ou monetarista, que envolvem elevação dos juros, corte dos gastos estatais visando diminuir o déficit público, além da compressão do consumo via arrocho salarial.

A crítica que temos feito aos chamados choques heterodoxos combina três elementos. O fundamental: que eles

partem de uma avaliação errada — a de que o chamado componente inercial é a principal raiz da inflação — não atacando as fontes primárias de geração da inflação — a dívida externa, a dívida interna, as taxas de juros altas e a política de preços dos monopólios. Em segundo lugar, que o congelamento dos salários tem sido feito nos três planos (Cruzado, Bresser, Verão) com taxas de reajuste salarial que implicam sempre em perdas. E, por fim, que no próprio gerenciamento do congelamento ou tabelamento dos preços, o governo cede facilmente à pressão dos capitalistas (ver, por exemplo, o caso desmoralizante da Autolatina que reajustou os preços de veículos acima do tabelado pelo governo quando Bresser era ministro).

Já a crítica aos receiptários chamados ortodoxos é mais direta: a avaliação de que a inflação é gerada por pressão da demanda é ainda mais absurda. Além de recessivas, tais medidas penalizam diretamente os assalariados e não paralisam em nada a ascensão da inflação.

## Um plano na conjuntura

Logicamente um plano com estas características jamais seria adotado pelo governo Sarney, jamais teria o apoio do grande capital. Este plano é o anti-governo Sarney, é o anticapital monopolista.

É um plano que partindo das contradições econômicas mais sentidas no plano econômico pelos trabalhadores reivindica uma outra política econômica.

É um plano para outro governo. O fato dele ser lançado em um momento no qual justamente vai ser escolhido um novo presidente é particularmente importante: a sua sintonia com a campanha do PT à presidência é direta.

Por outro lado, ele prepara o movimento sindical para a conjuntura imediata após as eleições. Tanto para a eventualidade de uma vitória de Lula (criando uma dinâmica sindical de apoio às medidas econômicas do governo que terão a imediata hostilidade do grande capital e da maioria do Congresso) como criando uma referência de lutas frente a um eventual governo burguês que queira implantar um programa econômico antipopular de saída para a crise, que o governo Sarney, por suas debilidades não consegue implementar.

## Da greve econômica à greve política

Assim como os empresários têm os seus métodos para defender o seu programa de emergência, o movimento sindical tem os seus: a mobilização ampla de todos os trabalhadores rumo a uma greve geral.

Uma greve geral nesta situação, que tenha como eixo os pontos centrais de



um plano como o desenvolvimento acima, é sem dúvida, uma greve política de massas.

A sua diferença com a greve realizada nos dias 14 e 15 de março é tripla:

— a sua forma de greve está relacionada claramente com o seu conteúdo, isto é, a tensão política que perpassou a experiência da greve geral de março aflora agora nitidamente à superfície;

— deve ser uma greve mobilizada, precedida e seguida de passeatas e grandes manifestações, mais forte e mais ampla do que a realizada nos dias 14 e 15 de março;

— é uma greve de demonstração de força, que contém o elemento reivindicativo em um nível superior, projetando-o diretamente na cena política.

## É possível uma greve como esta?

Sim, se levarmos em conta a pressão terrível que o agravamento da crise econômica impõe sobre as amplas massas.

Sim, se levarmos em conta a disponibilidade para lutar que os trabalhadores têm demonstrado neste ano (cerca de oito milhões de grevistas nos cinco primeiros meses sem considerar a greve geral de 14 a 15 de março).

Sim, se pensarmos que a consciência das massas estará estimulada pela grande campanha de massas da Frente Brasil Popular à presidência.

Não, se pensarmos nas condições subjetivas — isto é, de consciência e de iniciativas de organização — que têm prevalecido hoje na vanguarda sindical.

É preciso que os congressos estaduais e os foruns da CUT travem este debate, extraindo todos os desdobramentos da análise que prevê o profundo agravamento da crise no futuro imediato. É preciso criar uma referência política ampla e unitária na CUT, uma poderosa vontade coletiva disposta a trabalhar nesta direção.

É preciso um grande reforço na organização dos sindicatos em particular

e das estruturas da CUT em geral, abrindo espaço para a organização da ampla camada de lutadores sociais que despontou no processo mais recente de greves.

É preciso, por fim, uma campanha vigorosa de preparação da ofensiva do movimento sindical que, começando por uma ampla campanha de denúncias da nova lei salarial, combine-se com as grandes campanhas salariais de agosto, setembro e outubro.

## As greves de maio

*As estatísticas do Ministério do Trabalho confirmam que a maré grevista continua. Neste mês, foram realizadas 367 paralisações das quais participaram 2.047.520 trabalhadores, somando ao todo 4.356 dias parados.*

*Se compararmos os dados de maio de 1989 com os dados do mesmo mês de anos anteriores, temos o seguinte quadro:*

- um crescimento das greves de 138,1% em relação a maio de 1988;
- um crescimento das greves de 91,15% em relação a maio de 1987;
- um crescimento das greves de 219,13% em relação a maio de 1986.

*No mês de maio de 1989, o setor industrial foi destaque com o maior número de greves (168) e de dias parados (1.758). Em termos de número de trabalhadores paralisados, porém, a liderança ficou com o funcionalismo público, com as suas 87 paralisações.*

*Nos demais setores, os mais afetados pelas greves foram o comércio (31), o transporte terrestre (35), comunicação e publicidade (17) e educação e cultura (9). Na área industrial, 83 das 168 paralisações ocorridas se deram nos ramos metalúrgico, mecânico e de material elétrico.*

*O número de trabalhadores grevistas nos cinco primeiros meses do ano foi de 7.832.892.*



# O PT e a juventude

*As eleições presidenciais de 15 de novembro serão as primeiras em nossa história em que os jovens entre 16 e 18 anos poderão votar. Este contingente de seis milhões de pessoas, que poderão ter papel destacado no fortalecimento do PT, chama hoje a atenção do partido. Mas sua importância maior não é eleitoral e sim pelo papel destacado que podem cumprir na luta pelo socialismo.*

**José Corrêa**

O título deste artigo define, em parte, nossa abordagem do tema que aqui tratamos. A juventude como setor específico da sociedade brasileira deve ser alvo de uma política específica do Partido dos Trabalhadores, como parte importante do processo de construção consciente do bloco revolucionário em nosso país.

A adesão dos diferentes setores da sociedade a um projeto de transformação radical não se dá espontaneamente, mas tem que ser pacientemente construída, através de uma intervenção de longo prazo, da sua mobilização em torno de lutas específicas, da convergência destas lutas com as dos demais setores populares e da construção da perspectiva socialista em seus setores mais conscientes e mobilizados.

Mas isso vale para qualquer setor do campo popular. Valeria também para a juventude? Não seria esta apenas uma categoria transitória, uma faixa etária, sem problemas sociais específicos (e, enquanto tal, sem repercussões políticas)?

Nossa resposta é inequívoca: a juventude é um setor particular da sociedade, que enfrenta uma série de problemas específicos, tem laços comuns de identidade e uma dinâmica própria de radicalização política. E mais. É um setor muito importante para a política revolucionária.

Os problemas específicos enfrentados pelos jovens têm sólidas raízes materiais (sociais). O proletariado é **explorado** pela burguesia (como se convenção chamou no quadro conceitual marxista clássico), mas uma série de outras camadas dominadas da sociedade, classes e setores sociais muito específicos, são por ela **oprimidos**, através de relações sociais mais ou menos enraizadas, com fundamentos materiais. No Brasil, destacam-se entre estes setores, além dos jovens, as mulheres, os negros.

## Uma opressão específica

O processo de sociabilização — introjeção e assimilação dos valores e comportamentos dominantes na sociedade e repressão/rejeição/desqualificação de outros socialmente não-legitimados — inicia-se na família e prossegue em outras instituições, a escola, a igreja, o exército, clubes, etc. Isso se dá em um ambiente social que também reforça — nas empresas, Estado e meios de comunicação — estes valores e comportamentos e desqualifica os demais. Valores como a competição, o individualismo, o autoritarismo, a subser-

viência, o machismo, a busca e manutenção de posições de status e poder são elementos constitutivos da cultura burguesa dominante (e das suas diferentes subculturas particulares) aí reproduzidos. E é também parte — ao lado da qualificação técnica — do adstramento da força de trabalho necessária ao capital.

O que caracteriza a juventude é começar a confrontar-se autonomamente com estas instituições alienadoras que tratam de controlá-la, modelar e reprimir, num momento de suas vidas onde começam a se inserir também num circuito mais amplo de relações sociais (emprego, experiências afetivas e sexuais, mais distanciamento do ambiente familiar, em alguns casos a constituição de uma nova família, as primeiras experiências de participação política, etc.).

Este confronto com toda uma série de instituições que têm suas normas, códigos e regras de disciplina, num momento onde os valores dominantes não estão plenamente assimilados e consolidados, reforçados por uma longa experiência viva, tende a dar origem a um rápido processo psicológico social e cultural de questionamento das “regras do jogo”. Este questionamento será mais ou menos prolongado, mais ou menos intenso conforme as barreiras que tenha que enfrentar, a efetividade dos mecanismos de coerção e “repressão” social e a força e legitimidade do sistema de idéias e valores dominantes, que conduzem a constatação de que a rebelião é infrutífera para mudar as coisas e ao conformismo e a aceitação das regras da ordem vigente.

Há, assim, um processo que pode ser catalizado social, política, cultural e ideologicamente — deixando de ser apenas uma rebelião solitária, um protesto individual que possa ser taxado de “desajuste social”, inadaptação, imaturidade — e integrado num movimento maior, conferindo uma enorme força anticapitalista à luta da juventude.

## A diversidade de manifestações

A opressão específica que vivencia o jovem se manifesta de forma diferenciada conforme sua classe, gênero ou cor. As instituições e processos de “formação” do jovem — de qualificação profissional e integração/submissão social, cultural e ideológica — são diferenciados. A juventude de um jovem de origem camponesa do Nordeste é muito diferente da de um jovem de classe média de uma grande cidade ou ainda de um jovem de família operária de alguma concentração industrial. Em cada caso, há uma determinada orientação do sistema escolar, do funciona-

mento de instituições como a igreja ou o serviço militar, a constituição de um sistema de práticas sociais, grupos informais e subculturas próprias que orientam no sentido da reprodução da posição de classe de seus participantes.

A determinação de classe não é, porém, a única presente. Há uma educação (no sentido mais amplo do termo) e formação da personalidade (a partir da ação das várias instituições, começando pela família) diferenciada entre meninos e meninas, constituindo homens e mulheres enquanto gêneros no sentido social, e não somente enquanto seres biologicamente diferenciados, ocupando posições respectivas de domínio e subordinação mútua. A mulher jovem, além de sofrer as consequências da condição de jovem, passa a ser objeto sexual e por isso acossada nos diversos ambientes que frequenta; mais firmemente controlada pela família e namorados; há uma enorme pressão para que seu interesse se volte para “temas femininos”, preparando-se para sua “futura condição de mãe” sem no entanto ser orientada para a vida sexual e sobre os riscos da gravidez indesejada; se vai trabalhar tende a se empregar em profissões “femininas”; muitas se casam e têm filhos, assumindo imediatamente a função de “mãe” e fechando-se na reclusão doméstica; etc.

A adolescência constitui-se, para homens e mulheres, no momento decisivo de definição de suas relações com o sistema de dominação patriarcal e com o modelo sexual dominante bem como com a complexa teia de relações de poder estabelecidas a partir daí.

Há, também, uma forte determinação social presente também na questão racial, na situação de subordinação enfrentada pelos jovens negros e negras: preconceitos, maior vigilância e violência policial, dificuldades de empregos. E na crítica ou aceitação do racismo por parte dos jovens brancos.

Naturalmente, a heterogeneidade da estrutura social brasileira — maior que dos países imperialistas ou dos países dependentes mais atrasados — está presente nesta pluralidade de caminhos para que os jovens se tornem adultos, com uma inserção social e papéis plenamente estabilizados. Esta diversidade de situações de classe, gênero e raça que configuram a juventude (e que, diga-se de passagem, estão presentes em todos os movimentos sociais policlassistas) não alteram, entretanto, o fato dos jovens terem um maior potencial de revolta contra as manifestações do sistema de dominação de classe e patriarcal, contra as instituições alienadoras que condicionam sua vida concreta.

## Potencial revolucionário

Não tendo vivido experiências que

conduziram a derrotas individuais e coletivas e racionalizado estas experiências em passividade ou conformismo perante o mundo que os cerca, os jovens são um setor da população mais sensível aos ventos de mudança. É um setor sobre o qual o controle exercido pelos mecanismos de dominação social e ideológica da burguesia são mais frácos e sofrem contestação constante. O confronto que desenvolvem contra importantes instituições do sistema de dominação burguesa confere a sua luta um potencial revolucionário tanto maior quanto mais radical ele seja.

Permanentemente renovada a juventude é um setor que ainda não conheceu o ceticismo e a desilusão, que se abatem sobre as gerações mais velhas, particularmente das camadas oprimidas e exploradas. Ansioso por participar social e politicamente, sensível aos apelos em favor da igualdade, da justiça e da transformação social, os jovens constituem uma das bases fundamentais de qualquer trabalho prolongado em prol da transformação socialista.

## A juventude brasileira

O Brasil tinha, em 1980, ano do último censo, cerca de 25 milhões de habitantes entre 15 e 24 anos, 21% da população total de 119 milhões. Esta camada da população que luta nas escolas ou nas ruas contra as manifestações da opressão específica que sofrem, que integra outros movimentos mais amplos, chegando mesmo a constituir sua coluna vertebral que dá origem a grupos informais ou manifestações culturais, etc, praticamente não tem uma organização própria mais ampla.

Diferente de outros países onde existe uma longa tradição de organização independente do proletariado, não existe no Brasil organizações de juventude partidária (a exceção dos casos marginais da UDR e do PCdoB), nem um trabalho sistemático dos sindicatos com este setor. O que temos no Brasil são os movimentos estudantis universitário e secundarista (sendo que este está completamente fragmentado com uma organização geral muito frágil e pouco reconhecida) e o trabalho de jovens da Igreja (através da Pastoral da Juventude e dos vários grupos e clubes de jovens que patrocina).

Algumas decorrências deste quadro ficam mais claras se agregamos outro dado, o da escolaridade: dos 25 milhões de jovens, apenas 7,5 milhões estudavam em 1980, sendo 6,7 milhões no primeiro e segundo graus e 810 mil no ensino superior.

Os estudantes de primeiro e segundo graus constituem uma camada de composição fortemente proletária, tendo com isso uma profunda ligação com o movimento operário e popular. Mas



# O MEU 1.º VOTO É PRO



**Faça o título - vote PT aos 16**

sua organização limitada restringe o papel social e político que podem cumprir neste momento — problema que deve ser objeto de uma política de longo prazo de atuação do PT.

A maioria dos jovens, entretanto, não estuda (17 de 25 milhões, segundo o último censo). Têm empregos precários, subempregos e uma parte deles está desempregada. Um trabalho de massa que vise atingir a juventude e não apenas os estudantes, tem que combinar, portanto uma atuação nas escolas (que são a principal concentração de jovens), através do trabalho “secundarista”, com o trabalho junto a este setor específico no movimento sindical e a atuação no movimento popular e nas entidades de bairro, onde hoje se concentra a atuação da igreja.

Face a existência de um processo mais amplo de organização independente do movimento operário e popular, o movimento estudantil só pode ser integrado a um movimento de juventude mais amplo, mas não vertebrá-lo, tarefa que cada vez mais só pode ser concebida como partidária, pela atuação do PT.

## A campanha Lula

A sociedade burguesa não permanece imóvel face ao processo espontâneo de rebelião da juventude. Ela engendra

permanentemente mecanismos pelos quais busca absorver, mercantilizar, recuperar ou simplesmente esvaziar o conteúdo crítico, anticapitalista das expressões da contestação dos jovens — o que é facilitado pelo seu caráter em geral individual. Religiões exóticas, modismos determinados, movimentos culturais, sua comercialização, são exemplos destas práticas. Elas são uma face de um processo que se expressa também na aplicação de distintas formas de sanção social e na utilização do código disciplinar de cada instituição onde o jovem participa e, quando nada mais é eficaz, a repressão aberta.

O grau de autonomização da juventude dos mecanismos burgueses de controle, sua maior ou menor atitude crítica frente à institucionalidade (no sentido amplo) é objeto de disputa permanente na sociedade. E ela se materializa na participação política — dimensão fundamental da luta da juventude. O PT aparecendo como o partido mais radical em seu empenho de transformação da sociedade brasileira ganhou a simpatia e mesmo a adesão da maioria dos jovens.

Isto tem sido constatado por várias pesquisas de intenção de voto, que mostram o PT como o partido e Lula como o candidato preferido na faixa dos 16 aos 25 anos. Ainda não na aná-

lises mais detalhadas das conseqüências da ascensão de Collor, mas parece difícil que o PT seja desbancado desta condição. Este será indubitavelmente um aspecto importante a ser trabalhado pela campanha Lula.

Instrumento para a afirmação de uma alternativa democrática e popular à crise que atravessa o país, de luta por um governo democrático e popular, a campanha terá que integrar neste campo os milhões de jovens que se mobilizam por sua situação escolar, dificuldades de emprego, defesa do meio ambiente, contra a repressão sexual, pela afirmação de suas expressões culturais, etc.

O espaço aberto pelo direito de voto, optativo, entre os 16 e 18 anos, um potencial de quase seis milhões de novos eleitores, acelerou, neste momento, a disputa pelo posicionamento político da juventude. O PT, principal interessado no cadastramento eleitoral dos jovens, desencadeou uma campanha que reforça a que já vinha sendo conduzida pelo PCdoB, através de sua organização de juventude, a UJS que tem como data limite 6 de agosto, fim do prazo de inscrição eleitoral. Ela ainda está muito tímida, envolvendo pouco a militância, as entidades de massa e as administrações petistas, devendo ser reforçada como uma prioridade de todos no mês de julho.

A outra dimensão central a partir do momento em que a campanha sair para as ruas, é a conquista da adesão ativa da juventude para nossas propostas, o que passa também pelo destaque que damos aí as suas aspirações, pelo discurso que construímos, pelo tipo de campanha concreta que vamos realizar.

## A necessidade da juventude do PT

A campanha eleitoral pode ser um momento decisivo para avançarmos na superação de uma antiga debilidade do PT, a organização de sua juventude, como espaço específico de organização de sua militância jovem, de condução de campanhas voltadas para este setor, onde eles podem realizar suas primeiras experiências de participação política em bases próximas a sua dinâmica concreta de vida.

Tradicionalmente, a esquerda sempre deu um papel de destaque ao trabalho junto à juventude e à organização de suas lutas. A Segunda e Terceira Internacionais valorizaram a luta da juventude e a construção de organizações independentes de jovens, politicamente

dirigidas pelos partidos mas organizativamente autônomas. No período entreguerras na Europa, foram realizados por estes partidos avançadas experiências no campo político e social, começando a responder a suas inquietações (resultando por exemplo, na famosa obra de Reich, o combate sexual da juventude”).

Naturalmente, o caráter burocrático e cada vez mais repressivo e conservador que ganharam os partidos socialistas e comunistas, afastaram-nas destes partidos, particularmente após a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1960, a rebelião da juventude, principalmente estudantil, foi um importante fator de crise dos partidos tradicionais e de recomposição do movimento operário e popular internacional, base para a construção de inúmeras organizações revolucionárias pelo mundo (e inclusive no Brasil).

Estas experiências apontam não só no sentido da importância do trabalho partidário entre os jovens mas revela também os problemas que ele coloca e algumas pistas sobre como equacioná-los. O processo de radicalização política da juventude tem contornos específicos, ligados aos problemas sociais que o capitalismo cria para ela. É, em geral, bastante rápido e profundo, mas tem dificuldades de ser captado pelas estruturas partidárias clássicas. É alimentado e reforçado pela manutenção de um clima de acumulação e estímulo mútuo dos próprios militantes jovens. A luta antimilitarista cumpre em geral papel destacado na sua atuação política. Os problemas da vida e do modo de vida da juventude criam uma visão de mundo e uma psicologia própria que devem ter um espaço de expressão assegurados.

Todos estes elementos apontam no sentido da construção de organizações de juventude, em geral organizativamente autônomas e politicamente solidárias com os partidos com que se identificam como as formas organizativas mais adequadas ao trabalho com este setor social.

No Brasil, onde praticamente não existiram experiências neste sentido, hoje já seria um grande avanço se o PT passasse a organizar sua militância jovem em núcleos próprios, conseguindo organizar uma força de intervenção e direção da juventude que se mobiliza no país. E as campanhas “Meu primeiro voto é pro PT” e “Lula Presidente” são o melhor terreno para a sua construção.

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

( ) Apoio: NCz\$15,00      ( ) Normal: NCz\$10,00

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.



# Estupro: um ato de violência e poder

O estupro é a manifestação mais brutal da violência e do poder masculino sobre as mulheres. Ao contrário do que se pensa, grande parte dos estupros são cometidos por "cidadãos acima de qualquer suspeita" que conhecem ou mantêm algum tipo de relacionamento com a mulher.

## Tatau Godinho

Recentemente os jornais da grande imprensa noticiaram um caso de agressão sexual feita por um desembargador do Amazonas envolvendo uma menina de 10 anos. O desembargador Paulo Herman Maciel Jacob, 59 anos, foi flagrado tentando estupro e seduzir a menina que viajava a seu lado em um vôo para Manaus. O caso chama a atenção, não apenas pela brutalidade do fato em si, mas em primeiro lugar por ser denunciado, uma vez que o flagrante não permitiu o ocultamento do estupro; em segundo lugar por trazer à tona a realidade encoberta de que o estupro não é na sua maioria um ato cometido por marginais ou párias da sociedade mas expressão do poder masculino sobre as mulheres que envolve "cidadãos acima de qualquer suspeita" e, em terceiro lugar, porque mais uma vez é provável que o agressor permaneça impune.

## **Violência e poder**

O estupro é um ato de poder e força e não uma manifestação violenta da sexualidade. A base central da existência do estupro é a existência da opressão de gênero, do poder patriarcal dos homens sobre o corpo e a vida das mulheres, a negação do seu direito a decidir sobre seu próprio corpo e sua sexualidade; e a aceitação social do estupro é a legitimação da violência como arma do opressor para manter o oprimido em situação subordinada.

O medo incutido em todas as mulheres da violência sexual é vivenciado no medo cotidiano de sair às ruas, no medo de se libertar, no receio de dizer não, na dificuldade de contar com a solidariedade dos que a cercam e na quase certeza que prevalece a razão e a palavra dos homens sobre a

sua. A consequência imediata do aprendizado do medo na vida nas mulheres é a diminuição ou destruição de suas condições de autonomia e independência e, portanto, de disputar espaço como sujeito em um mundo masculino.

"Violência pressupõe opressão. Pressupõe, portanto, conflito de interesses entre opressores e oprimidos. Relações sociais hierárquicas de dominação e subalternidade. **Violência contra a mulher**, enquanto violência específica de natureza sexista, pressupõe que homens e mulheres têm uma participação social diferenciada, não-igualitária em função de sua condição sexual e que participam de um universo simbólico que legitima essa desigualdade e normatiza o padrão de relações sexuais do tipo hierárquico."(4)

A ideologia e os valores com que somos educados se assentam em construir o poder masculino como agressividade, domínio e posse sobre as mulheres. A contrapartida necessária desta equação é ensinar aos homens, e não apenas às mulheres, que a feminilidade é a submissão, a passividade, a fragilidade e a vontade de ser "possuída" por um homem. Mesmo as mudanças, ainda que restritas nos padrões de sexualidade e de relações entre os sexos, impulsionadas fundamentalmente pela luta das mulheres, tendem a ser apropriadas pelos homens dentro do seu ponto de vista patriarcal, ou seja, de que as mulheres se tornam sexualmente mais disponíveis para a satisfação masculina. A construção de novos padrões de relacionamentos, muitas vezes se reduzem, para a maioria dos homens, a partir desta base patriarcal, a esperar que as mulheres aceitem plenamente o papel de objeto sexual proposto pela vontade masculina.

## **O estupro é mais cotidiano do que gostaríamos de acreditar**

A primeira reação das pessoas ao se relatar um caso de estupro é caracterizar o agressor como "anormal" ou "louco". "Existe uma imagem do senso comum, a de que o estupro é de classe baixa, vive segurando um copo de pinga na mão, é preto, mal vestido e sujo, desempregado, mora num



## **A SOLUÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA ESTÁ NA BOCA DE TODAS AS MULHERES:**

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É UM GRAVE PROBLEMA SOCIAL. É CRIME. DENUNCIE. NÃO VAI TER A PRÓXIMA VEZ.**

ma favela e tem uma ficha policial carregada... As pesquisas, entretanto, mostram que os estupradores existem em todos os tamanhos, cores e formas. Entre eles há ricos e poderosos que têm um comportamento tido como normal e altamente recomendado em outras esferas de sua vida."(6)

Protegidos pelo estereótipo do senso comum, os homens que não se enquadram nele encontram, com facilidade justificativas e atenuantes, aceitos como "explicação" que busca diminuir a gravidade do seu comportamento ou mesmo descaracterizar a agressão como estupro.

Os estudos dos casos de estupro, com dados sobre os agressores e as mulheres envolvidas, são dificultados em primeiro lugar pelo pequeno número de casos denunciados. Segundo a "Pesquisa de Mu-

## **Quebrando os mitos**

O homem comete o estupro como uma expressão sexual da violência e não como uma expressão violenta do sexo.

O estupro não é a busca irrefreada e incontrollável do prazer por parte do homem, mas uma reafirmação do seu poder patriarcal sobre as mulheres.

O homem comete estupro porque aprendeu que tem direito de impor sua vontade e seu padrão de sexualidade sobre as mulheres.

Uma grande parte, se não a maioria, dos estupros envolvem pessoas conhecidas: um amigo, um vizinho, um familiar, uma paquera.

O estupro é cometido por homens de todas as classes sociais. O fato de haver mais denúncias policiais das classes populares demonstra apenas o caráter classista da justiça burguesa.

A violência sexual não é um problema privado. Desvendar a realidade sobre o estupro e a violência sexual é parte de uma luta contra uma visão falsa que convém aos interesses do opressor e se opõe aos do oprimido.

heres contra o Estupro", realizada na Inglaterra, apenas um em cada doze casos de estupro chegam a ter denúncia policial e, um dos principais motivos é o temor das mulhe-

res frente à hostilidade da própria polícia e a não aceitação da denúncia. O outro motivo, sem dúvida é a humilhação a

Continua na página 13



# Sublevação anti-burocrática abala a China

Um gigantesco movimento de massas abalou a China no mês de maio. O movimento democrático é resultado da conjugação de tensões e aspirações populares acumuladas por três décadas de ditadura burocrática do PCC e por uma década de "socialismo de mercado". Encabeçado pelos estudantes de Pequim, ele rapidamente ganhou a adesão do povo trabalhador, estimulou um importante processo de auto-organização e dividiu a burocracia dominante. Uma verdadeira revolução, que é a tradução do ideograma que abre as páginas deste encarte. Mas, como em processos anteriores, a burocracia no poder mostrou-se incapaz de conviver com a democracia das massas, a única democracia socialista. Ela reprimiu as mobilizações a ferro e fogo e desencadeou uma ampla repressão à população que protestava. Experiência prática e prova viva do caráter destes regimes e do significado do socialismo pelo qual lutamos, os acontecimentos dramáticos que se sucedem hoje na China oferecem ao PT a oportunidade de clarificar suas posições sobre o socialismo.

## 四月學

### Reivindicações dos estudantes

O Comitê de Organização dos Estudantes da Universidade de Pequim divulgou a seguinte carta de reivindicações no dia 21 de abril de 1989:

1. Reavaliar a ação do camarada Hu Yaobang e aprovar seu ponto de vista sobre a grande harmonia existente entre a democracia e a liberdade.

2. Punir severamente os agressores dos estudantes e das massas. Que os responsáveis envolvidos apresentem às vítimas desculpas e indenizações.

3. Acelerar a publicação da Lei de Imprensa, autorizar a produção de jornais pelos cidadãos, garantir a liberdade de imprensa.

4. Que os dirigentes do Estado tornem público para o povo e todo o país suas rendas e seu patrimônio, inclusive o de suas famílias. Que se investigue os desvios de função com a publicação de todos os detalhes.

5. Que os dirigentes do Estado envolvidos em erros da política educacional façam auto-crítica oficial diante de todo o povo. Que se aumente em grande medida os créditos para a educação e que se aumentem os salários dos professores.

6. Reavaliar a campanha contra "a liberalização burguesa", reabilitação total dos que sofreram injustiças gratuitas.

7. Exigimos com vigor que seja divulgado imparcialmente e em conformidade com a realidade este movimento democrático e patriótico.

## Declaração do P.T.

### Não ao massacre do povo chinês!

O governo chinês acaba de condenar à morte três trabalhadores de Xangai, acusados de liderar manifestações de protesto ocorridas na cidade. São as primeiras condenações formais à pena capital na onda de repressão às mobilizações que exigiam a democratização do país.

O governo chinês decretou guerra ao seu próprio povo. O autodenominado Exército Popular fez no final de semana de 3 e 4 de junho um banho de sangue que poucas vezes se viu na história. A China conta seus mortos e os trabalhadores de todo o mundo olham estarrecidos a barbárie cometida, em nome do socialismo, pelos dirigentes chineses. O PT que defende o socialismo com liberdade, não poderia se calar neste momento trágico, que obscurece a imagem do socialismo aos olhos dos trabalhadores de todo o mundo. Um comunicado oficial do governo, transmitido no domingo pela TV, diz que o Exército acabou com uma tentativa de golpe contra-revolucionário, comandada por bandidos. A mais sórdida mentira está sendo contada pelos burocratas assassinos, para esconder a verdade de que as telas da TV mostraram a todo o mundo nas últimas três semanas.

Contra tanques, metralhadoras e a infernal fuzilaria, os manifestantes da Praça da Paz Celestial e a população que foi às ruas para resistir ao massacre, defenderam-se até com as mãos nuas. Cantando o hino socialista A Internacional, o povo desafiou os executores da Lei Marcial e atirou na cara dos repressores a pecha de fascistas.

Desde o início, uma das exigências dos manifestantes e do povo chinês foi de que a verdade sobre a ocupação da Praça da Paz Celestial fosse dita. Eles rechaçaram a acusação do primeiro-ministro Li Peng de que queriam o fim do socialismo. Exigiam liberdade, democracia e o fim da corrupção imposta pelos dirigentes do partido único.

O socialismo existe para libertar os trabalhadores e o povo da exploração e das injustiças. Não é socialismo verdadeiro aquilo que pretende apoiar-se sobre a tirania, sobre a paz dos cemitérios.

Tem inteira razão um homem que disse a um correspondente, em meio ao banho de sangue: "Por favor, digam ao Mundo o que o Exército fez. Ele já não merece ser chamado de Exército Popular, é o Exército só de algumas famílias." Os Deng Xiaoping, os Li Peng e algumas famílias de burocratas privilegiados, que mancham de sangue o socialismo com a mancha de milhares, não vão conseguir matar a esperança e a luta de todo um povo. A liberdade vencerá. O sangue da Praça da Paz Celestial será limpo pelo próprio povo.

Neste VI Encontro Nacional, dedicado aos estudantes e trabalhadores chineses, o PT comprometido com a luta pela democracia socialista, engaja-se integralmente na campanha do movimento internacional de solidariedade ao povo chinês e às vítimas da repressão burocrática. Conclama, neste sentido, o movimento dos trabalhadores a se integrar na preparação de atos de protesto a serem realizados no dia 3 de julho, em todas as capitais do país.

- Pela suspensão das execuções dos acusados de Xangai!
- Pela anistia de todas as vítimas da repressão!
- Pelo fim da Lei Marcial e da repressão ao movimento democrático!
- Liberdade de organização e manifestação ao povo chinês!
- Todos às manifestações de protesto de 3 de julho!

**Socialismo é democracia**  
**VI Encontro Nacional do PT**  
**17/6/89**

#### Encaminhamentos

- O VI Encontro Nacional decidiu também os seguintes encaminhamentos:
1. Publicar esta moção com destaque nas resoluções (na capa).
  2. Campanha pela libertação dos prisioneiros para o governo chinês, pedindo a revogação da pena de morte, fim das prisões, das perseguições e protestando contra o massacre.
  3. Telegrama ao PCC rompendo relações políticas
  4. Telegrama ao governo brasileiro pedindo a suspensão das exportações pelo menos enquanto durar a repressão.
  5. Articular, sobre a base desta moção, uma delegação de nosso partido, e de todos que se disponham a engrossá-la, que pedirá entrada na China para, livremente, encontrar-se com trabalhadores e estudantes que, presos e perseguidos, continuam seu combate.
  6. Realização de Ato Público na Praça da Liberdade (Bairro Oriental) com a presença da imprensa e das principais lideranças petistas (Lula, Erundina etc.).
  7. Discutir a moção em todos os comitês pró-Lula
  8. O primeiro programa do PT na TV da campanha presidencial explicará o socialismo e a questão da China.

## 運特刊

### Declaração dos operários

A classe operária é a classe mais avançada. Devemos ser a tropa de choque do movimento democrático.

A República Popular da China está sob a direção da classe operária. Temos o direito de expulsar todos os tiranos.

Os trabalhadores compreenderam perfeitamente a importância, na produção, do saber e das técnicas. Eis porque recusamos de modo absoluto que os estudantes e as pessoas cultas sofram ultrages.

Destruir a tirania e a ditadura, promover a democratização do Estado constituem um dever ao qual não podemos nos furtar.

A raiz de nossa força está em nossa unidade e nosso êxito virá de nossa inquebrantável convicção.

No movimento democrático, "nada temos a perder se não nossas algemas, e todo um mundo a ganhar".

21 de maio de 1989.

O Comitê Provisório do Sindicato Autônomo dos Trabalhadores de Pequim.



## As reformas e o movimento democrático

**janeiro 1975:** Zhou Enlai define as quatro modernizações  
**janeiro 1976:** morte de Zhou Enlai  
**5 de abril de 1976:** motins na Praça Tiananmen quando das homenagens a Zhou Enlai  
**setembro 1976:** morte de Mao Zedong  
**24 de outubro 1976:** queda do "bando dos quatro"; Hua Guofeng primeiro ministro  
**julho 1977:** retorno de Deng Xiaoping ao poder  
**dezembro 1978:** adoção da política de modernização; denúncia da Revolução Cultural; estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos  
**17 de fevereiro 1979:** intervenção no Vietnã  
**outubro 1979:** condenação de Wei Jingsheng; manifestações de estudantes em Pequim  
**setembro 1980:** supressão das quatro grandes liberdades; fundação da Aliança Nacional das revistas paralelas  
**dezembro 1980:** Zhao Ziyang chefe de governo  
**janeiro 1981:** fim do processo e condenação do "bando dos quatro"  
**junho de 1981:** Hu Yaobang presidente do PCC  
**dezembro 1981:** campanhas antiburocráticas; criação do direito de demissão do emprego  
**abril 1982:** supressão das comunas populares  
**dezembro 1986:** manifestações estudantis em várias cidades pela democracia  
**janeiro 1987:** destituição de Hu Yaobang; fim do movimento estudantil; exclusão de três intelectuais: Fang Lizhi, Liu Bin-yan, Wang Ruowang  
**outubro 1987:** XIII congresso; Zhao Ziyang secretário geral

## O movimento democrático de 1989

**17 a 20 de abril:** primeiras manifestações de estudantes em memória de Hu Yaobang: cem mil pessoas na praça Tiananmen  
**21 de abril:** estudantes tentam ocupar o Parlamento (Palácio do Povo)  
**22 de abril:** funerais de Hu Yaobang; o movimento estudantil espalha-se por várias cidades  
**27 de abril:** quinhentos mil manifestantes em Pequim; trabalhadores começam a se juntar aos estudantes  
**4 de maio:** 70º aniversário das manifestações estudantis de 1919; trezentos mil estudantes reclamam discussões com o poder e a liberdade de imprensa  
**5 de maio:** Zhao Ziyang coloca-se a favor do diálogo; estudantes começam a retomar seus cursos  
**13 de maio:** começo da greve de fome de mil estudantes na Praça Tiananmen, exigindo diálogo  
**15 de maio:** chegada de Gorbachev a Pequim; manifestações estudantis  
**16 de maio:** reunião Deng Xiaoping/Gorbachev; forte presença operária nos protestos  
**17 de maio:** um milhão de pessoas reclamam em Pequim a demissão de Li Peng  
**18 de maio:** novamente um milhão de pessoas se manifestando em Pequim  
**19 de maio:** Zhao Ziyang e Li Peng encontram-se com os grevistas; formação do Sindicato Autônomo dos Operários de Pequim; suspensão da greve de fome; proclamação da lei marcial  
**20 a 21 de maio:** centenas de milhares de pessoas saem às ruas de Pequim e impedem a aplicação da lei marcial; primeiras confraternizações entre soldados e estudantes.  
**21 de maio:** um milhão de manifestantes em Hong Kong  
**22 de maio:** Pequim permanece paralizada: um milhão de manifestantes  
**25 de maio:** os chefes dos exércitos apoiam o primeiro ministro Li Peng; a luta no seio do PCC parece favorecer-lo; primeiros sinais de esgotamento do movimento  
**26 de maio:** rumores sobre a prisão de Zhao Ziyang  
**27 de maio:** três dirigentes estudantis anunciam o fim do movimento para 30 de maio, decisão que não foi unânime  
**29 de maio:** um milhão de pessoas em Pequim para erguer uma estátua da liberdade  
**30 de maio:** inauguração da estátua da deusa da democracia; prisão de membros do Sindicato autônomo  
**1º de junho:** os enfrentamentos com o exército começam a se multiplicar  
**2 de junho:** tentativa de ocupação da praça Tiananmen por tropas desarmadas, impedida por mobilizações populares; primeiras vítimas fatais da repressão  
**3 de junho:** primeiro ataque violento da tropas: quarenta mortos; veículos do exército incendiados; indícios de enfrentamentos entre soldados  
**madrugada de 3 para 4 de junho:** tropas ao redor de Pequim investem contra o centro da cidade; barreiras erguidas pela população são destruídas por tanques e infantaria; paraquedistas atacam na praça Tiananmen; estimativas iniciais de 1.500 mortos e dez mil feridos  
**4 de junho:** prosseguem tiroteios por toda a cidade, inclusive entre tropas; colunas de tanques controlam as artérias centrais de Pequim  
**6 de junho:** a calma começa a voltar a cidade, embora nenhuma atividade profissional tenha sido retomada; o governo apresenta seu balanço: quatrocentos mortos (sendo 23 estudantes), cinco mil soldados feridos, dois mil civis feridos; conclamação do governo à delação do "pequeno grupo contra-revolucionário"

## Os frutos amargos do "socialismo de mercado"

*A abertura para o capital, a corrupção e a incompetência da burocracia são mantidas por uma feroz repressão aos estudantes e operários chineses.*

## Roland Lew

*A camarilha burocrática que empalmou o poder na China sufocou o histórico protesto estudantil e operário da Praça da Paz Celestial num banho de sangue. Dezenas de jovens trabalhadores e líderes estudantis já foram executados em desafio aos protestos que se erguem no mundo inteiro. Não é a primeira repressão violenta. Mas o envio do exército para invadir a capital do país é medida sem precedentes. Assim está sendo imposto o "socialismo de mercado". O especialista em assuntos chineses Roland Lew, professor da Universidade Livre de Bruxelas, foi entrevistado a respeito pelo jornalista Marc Renard, da revista Imprecator. Publicamos, aqui, amplo resumo das declarações do prof. Lew.*

Depois da morte de Mao Zedong, em 1976, tornou-se necessário readquirir um mínimo de apoio popular para poder gerir a sociedade. A equipe formada sob a direção de Deng Xiaoping — não sem tensões e purgas — chegou a um consenso, em 1978, para lançar uma reforma. A liderança está com os reformadores da década de 50, favoráveis a uma centralização mais flexível e à introdução de certos elementos de mercado. Queriam manter o controle autoritário do partido sobre a sociedade, mas sem um poder despótico ilimitado.

## Descoletivização da terra

O processo da reforma tomou logo uma direção imprevista. O essencial se desenrola no meio rural. É um processo de descoletivização da terra praticamente tão rápido como foi o da coletivização forçada de 1956, sob Mao Zedong. A abolição das "comunas" deu lugar às "unidades produtivas de base", de fato, lotes para exploração familiar. Ressurgiu o regime de predominância dos pequenos proprietários. Alguns conservam a terra, mas vão trabalhar na fábrica. Outros a alugam. Começa surgir um certo salariado no campo. É o início dum processo, pois os camponeses começa por explorar sua própria família. É grande a evasão escolar; as crianças começam a trabalhar aos dez anos de idade.

A descoletivização foi acompanhada e estimulada pelo aumento dos preços dos produtos agrícolas, particularmente dos cereais. Aumentou a produção a um nível jamais atingido na China. Nesse clima de euforia, o regime decide estender a reforma à indústria a partir de maio de 1984.

## Crise e corrupção

Mas os problemas não tardam. Os aumentos de preço dos produtos agrícolas começam a pesar no custo de vida das cidades. Para evitar tensões, o governo adota a política de subsídios para compensar a alta. Outro imprevisto. Essas subvenções começam a pesar no orçamento. A administração recorre, então, a novo expediente: uma parte da produção é distribuída por quotas com preços fixados pelo Estado, enquanto o restante podia ser negociado no mercado livre. Os preços das quotas estatais são baixos. Os do mercado, bem mais altos.

Em consequência, os preços dos insumos rurais — adubos, etc. — subiram. A produção de carne e cereais tornou-se menos rentável. Camponeses começam a deixar a terra para trabalhar na cidade. Voltam-se para a criação de pequenas empresas locais. Cai a produção agrícola.

Isto é temperado pela existência de um novo campo para a corrupção. Como é grande a diferença entre os preços de quota e de mercado, torna-se lucrativo e tentador vender a quota no mercado livre em vez de aplicá-la na produção.

Os grandes lucros serão repartidos entre o diretor da empresa, os "quadros" do partido e para aumentar abonos de operários.

## Reforma industrial

Outro pilar da reforma industrial foi a pretendida passagem da autoridade, na fábrica, do secretário do partido para os diretores. Em consequência, alguns secretários trataram de transformar-se em diretores. Outros traram de dificultar a vida dos diretores para manter em suas mãos uma parcela da autoridade anterior. A reforma faliu por falta duma real autonomia.

A descentralização, transferindo o poder dos Ministérios para as instâncias locais, deu margem a outra expansão da corrupção. Não havendo impostos estabelecidos a nível nacional, a administração local rebaixa a carga fiscal em troca de gratificações. O suborno é dividido entre o chefe da empresa e o funcionário local.

Onde a reforma industrial plodiu foi no regime de trabalho. A reforma implicava romper com a segurança no emprego, nos contratos de trabalho por tempo limitado e na remuneração segundo a produtividade. A resistência dos trabalhadores foi combativa. Conseguiram entrar no processo de trabalho como operários permanentes em proporção bem maior do que antes; os salários eram pagos sem relação alguma com a produtividade. As tentativas dos diretores de romper com esta situação foram enfrentadas com greves, inclusive com medidas de resistência física dos operários. Os "operários modelo" foram atacados e tiveram que retornar à condição de trabalhadores comuns.

Este é um jogo complexo. É uma classe operária dependente, mas que mete medo no governo.

A empresa gera toda a vida do trabalhador. Se este se rebela, a empresa tem meios de trazê-lo ao redil — a previdência, a saúde, a moradia, os estudos, os esportes, etc. Mas precisa prestar esses serviços para manter seu poder. Resulta daí que, ao mesmo tempo, os trabalhadores ameaçam as direções e conservam certas vantagens, mas estão submetidos politicamente. O essencial da questão reside em saber como ganhar autonomia para criar autênticos sindicatos independentes.

Certos setores do aparelho partidário local e mesmo alguns diretores de empresa, por seus próprios motivos, apoiaram os trabalhadores. Funcionários locais e diretores negociaram os empréstimos bancários, fundos de financiamento e sobretudo fundos de investimento. As quantias alocadas para a infra-estrutura e melhoria tecnológica foram transferidas para a coluna dos salários, abonos e gratificações.

## Desigualdades sociais

A partir de 1º de outubro de 1986, o governo decidiu ir mais longe e generalizar o sistema de contratos. Faltam estatísticas a respeito. Mas o sistema só pode ser aplicado onde não havia outra escolha para um grande número de operários e camponeses. Criou-se assim um subproletariado, ocupado particularmente na construção civil.

O sistema de trabalho por contrato significou empregos precários e salários mais baixos. Muitos dos contratados preferiram sair desse circuito e se tornaram artesãos ou pequenos empresários privados, sem nenhuma previdência social, mas ganhando o triplo. A desigualdade também atingiu os trabalhadores das empresas estatais. Empresas menores pagam salário mais baixo. Trabalhadores excluídos do circuito normal, sem o direito de se instalar na cidade, causaram uma grande tensão social. Nos enfrentamentos de abril-maio, esses antigos trabalhadores foram os elementos mais combativos. Tinham se tornado "pequenos empresários" e queriam um ajuste de contas.

Uma das grandes conquistas da revolução foi o sistema de saúde. Mas isto se tornou um problema para a burocracia. O povo vive mais tempo, a população envelhece, em breve a China terá a maior população idosa do mundo — o que aumenta os custos sociais em serviços médicos e aposentadorias. Para fazer face ao subemprego, foi autorizada a aposentadoria aos 10 anos de trabalho para abrir vaga a um filho, razão de mais aperto financeiro para a previdência social.

Agravando o quadro, os camponeses ainda não têm direito à aposentadoria. É outro problema que exige grandes recursos. Pior ainda é a política de "um filho único". Ora, os filhos são o verdadeiro seguro social do país (trabalham desde os 10 anos, como já vimos). A política de controle da natalidade choca-se com os interesses dos camponeses.

O nível médio de vida é três vezes maior na cidade. Com a descoletivização melhorou o padrão de vida dos camponeses. Aumentou o peso das atividades rurais não-agrícolas, ultrapassando a renda produzida pela agricultura. Esse desenvolvimento é desigual, concentrando-se nas províncias costeiras e produzindo um pequeno capitalismo rural. Tudo isto produziu um importante êxodo rural. Calcula-se em 50 milhões o número de camponeses que se deslocaram para a cidade, seja empurrados pela miséria, seja em busca de maior lucro.

## Podre e ilegítimo

O impacto da reforma sobre a buro-

cracia agravou a corrupção. No campo, a descoletivização reduziu os poderes dos burocratas. Mas eles acharam meios de continuar parasitando os camponeses. Uma parte dos burocratas tratou logo de formar suas próprias empresas, tornando-se pequenos capitalistas.

Em nível urbano, surgiram novos tecnocratas, estudantes entraram no partido. No exército, aparece uma geração de jovens oficiais que não participou da revolução, mais culta e menos devotada a seus chefes históricos. Esta diferenciação também atingiu o aparelho. Nas empresas, por exemplo, chocam-se secretários do partido e jovens tecnocratas. No cume do aparelho começam a aparecer universitários, quadros técnicos e consultores com estudos no estrangeiro. Entretanto, os velhos quadros que atuam desde a revolução e mesmo desde as décadas de 20 e 30, conservam o controle do partido, do exército e outros setores. Travam-se furiosas lutas de facção. Alguns são descartados. Isto pesa muito no quadro atual.

Por exemplo, Hu Yaobang, eliminado em 1987, não perdeu a secretaria geral numa reunião regular do Birô Político. Foi preciso ampliá-lo com anciãos já postos à margem, para que Deng Xiaoping conseguisse a maioria desejada.

Um abismo separa da sociedade um aparelho de octogenários: Peng Zhen nasceu em 1902; Deng, em 1904; Chen Yun, em 1905; os dois últimos marechais, que sobram dos 10 de 1955, têm mais que 85 anos; o presidente da república, Yang Shangkun, nasceu em 1907 e fazia parte dos 28 velhos "bolcheviques" (partidários de Stalin) que se opuseram a Mao nos anos 20. Esse apego aos cargos explica-se pela colossal corrupção, sob a forma de nepotismo. Cada vez que um velho tem que sair, deixa a vaga para o filho. As famílias dos dirigentes estão implicadas em negociações no sentido mais vil e corrupto do termo, como os filhos de Yung Shangkun e Zhao Ziyang.

Pode-se falar numa decomposição real do regime pela corrupção, o que explica a brutalidade da repressão. É preciso sublinhar uma segunda dimensão que se relaciona com um prognóstico de Trotski, em 1936-37, segundo o qual pode se verificar a transformação do aparelho ou de parte dele numa espécie de protocapitalistas. Aos olhos da população, o regime está totalmente corrompido. É podre e ilegítimo. O acesso à riqueza passa pelo poder. O surgimento das novas empresas do "socialismo de mercado", ao que parece, ocorre com a participação e o apoio interessado da burocracia.

## Povo e estudantes

O imprevisto sucesso inicial das re-



Tropas do 27º corpo de exército quando cercavam o bairro das embaixadas em Pequim

formas econômicas sugeriu à burocracia o adiamento das reformas políticas. Com seu cinismo habitual, Deng dizia: "Enquanto as barrigas estiverem cheias, os espíritos se manterão calmos. E se os estudantes se agitarem um pouco, basta uma pequena repressão."

Os estudantes são apenas dois milhões, muito pouco em relação à população total. Mas representam muito. Além de tudo, são a geração do regime de "filho único" sobre a qual convergem todas as esperanças. O movimento atual foi o porta-voz do descontentamento geral da sociedade, do ódio à corrupção, à arrogância, ao autoritarismo e à incompetência do poder.

O movimento foi apoiado por certos setores do aparelho. Os estudantes pareciam informados do que se passava no Comitê Central. O principal é que rapidamente conquistaram a liderança de toda a população — os trabalhadores, os pequenos quadros do aparelho, os pequenos empresários, uma parte dos quadros militares. Isto criou um sentimento de vitória.

O jogo de pressão e negociação aceitava um limite. Os estudantes se abstiveram de desafiar o regime. No princípio não atacaram Deng, mas centraram fogo em Li Peng. Os trabalhadores desfilaram com retratos de Mao e Zhu Enlai. As negociações com o poder foram muito discretas. O peso da classe operária foi importante, como força de resistência e âncora do movi-

mento. Entretanto, ainda são poucos os dados sobre as formas de organização e sua expressão independente.

## Ruptura irreparável

Os problemas da China são imensos. Não abordamos todos aqui. O problema populacional pode tornar-se catastrófico. Mais de um bilhão de pessoas se concentram num terço do território, cerca de 3 milhões de km<sup>2</sup>. A crise ecológica é colossal. São problemas que só encontram solução à escala planetária. Não se pode ignorar o risco de uma regressão histórica, a fragmentação do país pelo controle militar de uma nova casta de "senhores da guerra". O compromisso em torno de Deng Xiaoping parece afastar essa hipótese, mas ela reaparece com o problema da sucessão.

O regime está em um processo de liquidação, que pode ter duração mais ou menos longa, mas é irreversível. A fratura causada pelo banho de sangue de Pequim é irreparável. Por enquanto, o aparelho tem a situação sob controle. Começou a repressão sistemática. Reina em Pequim um clima pesado que não deixa de recordar os dias sombrios da revolução cultural, notadamente pelo recurso às campanhas de delação.

O povo chinês perdeu uma batalha. Mas um novo potencial de luta ressurgirá cedo ou tarde.



# Contra-revolução burocrática

**E**ste movimento resultou tanto da crise duradoura do regime burocrático, que se prolonga há três décadas, como das medidas económicas e sociais adotadas a partir do fim dos anos 70. E se caracterizou pelas reivindicações democráticas e igualitárias, ameaçando os próprios fundamentos do regime burocrático. Desde o princípio, nas melhores tradições revolucionárias, criou novos instrumentos que asseguraram a organização do próprio movimento, o surgimento de novos dirigentes, homens e mulheres, e o controle das direções pelas assembléias de massa.

A classe operária, desde os primeiros dias, juntou-se à mobilização e começou a organizar núcleos de sindicatos, independentes das velhas estruturas esclerosadas. Com os estudantes, a classe operária desempenhou um papel ativo no episódio mais significativo e mais comovente das jornadas revolucionárias: esta confraternização das massas e dos jovens soldados, o que impediu, durante dez dias, a aplicação da lei marcial.

## “Socialismo de mercado” e repressão sangrenta

No quadro desta crise, a burocracia revelou, mais do que nunca, sua debilidade intrínseca; a estreiteza de sua base social; seu isolamento das massas que ela abusivamente pretende representar; sua incapacidade de fazer funcionar seus mecanismos de dominação e manipulação, quando as massas se mobilizam; suas próprias divisões a respeito da questão de saber como fazer face à crise cada vez mais profunda e ao questionamento de seu próprio poder. É num tal contexto que, após algumas hesitações e adiamentos, seus dirigentes estimaram que não tinham outra saída senão desencadear uma repressão em grande escala, passando por cima de todo cuidado “liberal” ou “reformista”. Desse modo, comprovaram que o “socialismo de mercado” não é uma garantia de democracia.

Para esmagar um movimento tão massivo, só poderiam recorrer ao exército, apoiando-se primeiro nos setores que

*Os acontecimentos de abril-junho de 1989, na China, ficarão na história como um marco fundamental da luta das massas contra a dominação da casta burocrática. Um movimento gigantesco de estudantes, operários, intelectuais e outras camadas de trabalhadores foi desencadeado em Pequim e em outras cidades, praticamente paralisando a vida do país.*

## Declaração do Buró do Secretariado Unificado da Quarta Internacional



controlam de modo mais estrito nas forças armadas. Foi o exército quem esmagou o movimento em Pequim e que, em colaboração com a polícia, os serviços secretos e toda laia de provocadores e delatores publicamente mobilizados, realiza atualmente prisões em massa. O exército chinês, nascido ao fogo duma guerra popular e antiimperialista, completa sua degenerescência histórica tornando-se o protagonista dum massacre das próprias massas populares que — apesar de suas contradições — tinha representado durante décadas.

Os sinistros personagens que apareceram na televisão chinesa depois do massacre, em primeiro lugar o velho superburocrata Deng Xiaoping, para justificar seu crime, lançaram a velha ladainha staliniana: era preciso defender o Estado “socialista” contra os

contra-revolucionários que pretendiam restaurar o capitalismo. Não se poderia conceber falsificação mais monstruosa, nem contraverdade mais flagrante!

Fundamentalmente, além desta ou outra fórmula ou de tal ou qual símbolo, o movimento reivindicou direitos democráticos elementares contra a opressão da casta burocrática. Reivindicou a supressão dos privilégios e da corrupção, das crescentes desigualdades sociais.

## Reformas mercantis e desigualdades

Não são os saudosos do capitalismo que lutam com tais objetivos e, para atingi-los, adotam formas de auto-organização das massas! Não são os nostálgicos do capitalismo que unem suas vozes para cantar a Internacional!

Os responsáveis pelo drama da China são os burocratas da casta dominante. Quarenta anos depois da vitória da revolução, nenhuma instituição democrática foi posta em funcionamento. A sorte do país depende das decisões adotadas pelos dirigentes dum partido desprovido de qualquer democracia interna. É por causa de tais decisões que a economia chinesa viveu crise após crise, e suas contradições, longe de se atenuarem, aprofundaram-se cada vez mais. Foram os burocratas que explicaram que a solução dos problemas residia na introdução da economia de mercado e que fizeram concessões sem precedente às multinacionais dos países capitalistas e encorajaram o desenvolvimento dum setor privado nacional tanto na indústria e no comércio, como na agricultura. Foram eles que desferiram duros golpes no nível de vida

da maioria dos operários e dos camponeses, provocaram o reaparecimento, pela primeira vez desde 1949, do flagelo do desemprego em massa. São eles que realizaram e realizam uma política de compromisso com o imperialismo dos Estados Unidos, em prejuízo das lutas revolucionárias, na Ásia em primeiro lugar, e tecem elogios às burguesias da Europa ocidental, incluindo seus representantes mais reacionários.

## Pela democracia socialista

A Quarta Internacional, que sempre denunciou com força todos os crimes da casta no poder, está sem reserva ao lado dos estudantes, dos trabalhadores, dos intelectuais e dos camponeses. Está ao lado de todos e de todas que deram um exemplo brilhante de combatividade e de iniciativa revolucionária, e que, apoiados em sua experiência, contribuirão para fazer surgir a direção revolucionária que os acontecimentos de Pequim, mais uma vez, provaram ser necessária. É uma condição indispensável para que, nas crises que a sociedade chinesa enfrentará inevitavelmente no futuro, seja colocada concretamente a questão da derrubada do poder burocrático e de sua substituição por instituições revolucionárias democráticas, visando garantir a auto-organização das massas e uma gestão da economia democraticamente planificada.

**Mobilização unitária do mundo inteiro para deter a repressão!**

**Apoio à luta dos estudantes, operários, intelectuais e camponeses chineses!**

**Abaixo a ditadura burocrática!**

10 de junho de 1989

Debate sobre a China

Plenária Municipal de Porto Alegre

Dia 20 de julho, 5ª feira

Local: Sociedade dos Economistas

Rua General Vitorino, nº 324



que são expostas, havendo ou não denúncia policial.

A grande maioria das mulheres vive solitariamente das consequências da violência sexual. Nos Estados Unidos, o próprio FBI — a quem não se pode acusar de tendências feministas — reconhece que o estupro é um dos crimes menos denunciados, devido sobretudo ao medo e/ou vergonha por parte da vítima (7).

Um medo e vergonha construídos não apenas, nem principalmente, pela reação da polícia ou da justiça burguesa, mas pelo cotidiano machista vivido na família, nas ruas, e mesmo nos ambientes pretensamente mais sofisticados ou politizados que pressupõe a culpa ou a conivência das mulheres vítimas da violência sexual.

Apesar de serem limitadas, mesmo assim as pesquisas existentes demonstram que em pelo menos metade dos casos de estupro as mulheres conhecem o seu agressor, que pode ser o marido, o pai, o namorado, um colega de trabalho ou escola, ou alguém em quem a mulher, por um relacionamento pré-existente ou por alguma circunstância, depositou sua confiança. Não se pode compactuar com a idéia de que o estupro seja o resultado da miséria sexual dos homens, mas sim a manifestação extrema do poder masculino que se reproduz com facilidade em uma sociedade patriarcal.

A existência de algum relacionamento entre a mulher e seu agressor, ao contrário de diminuir a gravidade do estupro, demonstra quão arraigado está na consciência dos homens seu direito de impor pela força sua vontade sobre as mulheres e, portanto, impor seu poder e seu controle. É um ato de violência e não de paixão. É um ato de força e não de prazer. E o efeito sobre as mulheres não é reproduzido pelo fato de envolver uma relação de confiança anterior. Muitas vezes ocorre mesmo o contrário.

O depoimento de uma mulher poderia demonstrar essa dificuldade: “foi estuprada duas vezes, em ocasiões diferentes; a primeira vez por seu namorado, e a outra, três anos depois, por um desconhecido. Conta que foi pior quando foi estuprada por seu namorado: teve que deixar a faculdade, em que os dois estudavam, renunciar aos planos de sua carreira e mudar-se para outro lugar. Na segunda vez foi estuprada com bastante brutalidade, sob a ponta de uma faca, e apesar de tudo insiste que foi menos traumático. Não associava este segundo estuprador

com os homens que conhecia e em quem confiava, e desta forma não influenciou na sua capacidade de relacionar-se com outros homens”. (2).

### O corpo da mulher como propriedade dos homens

Historicamente o corpo da mulher, de cada uma em particular e de todas as mulheres, é tratado como propriedade dos homens. Se a primeira base dessa posse é o controle sobre a capacidade reprodutiva das mulheres ela se fundamenta hoje essencialmente na manutenção da supremacia masculina e na visão de uma sexualidade constituída a partir dessa supremacia. O corpo e a sexualidade das mulheres são assim transformados em objeto de prazer à disposição dos homens, a ser consumido cotidianamente na pornografia, na prostituição, nas propagandas, nas relações pessoais autoritárias que exigem da mulher a passividade frente à vontade masculina. E de cada homem se espera que “defenda” sua própria honra garantindo a exclusividade da posse sobre a mulher, que de alguma forma está sob seu domínio.

O episódio recente do torneio entre os vereadores de São Carlos, no Estado de São Paulo, sobre qual seria o primeiro a “comer” a única vereadora — do PT — na Câmara Municipal é um exemplo claro, e infelizmente, dos poucos que vêm à tona, da tranquilidade com que os homens vêm as mulheres como um objeto sexual à sua disposição.

E a legislação brasileira sobre o estupro, como na maioria dos países, se baseia nessa concepção de propriedade e no julgamento do comportamento das mulheres dentro dos padrões de “pudor recato”, de uma moral conservadora rígida para as mulheres e que aprova a duplicidade de valores para os homens, condescendente com as pretensas “necessidades masculinas”.

A classificação do estupro e dos outros atos de violência sexual, no Código Penal brasileiro, como crime contra os costumes — e não contra a pessoa, como são classificadas as outras formas de agressão —, fazem com que se julgue em primeiro lugar, não a violência e o desrespeito à integridade física, e psicológica da mulher, ao seu direito de dizer não, mas sim a violação de uma honra definida pelos padrões patriarcais. Uma honra que é em primeira instância masculina — do marido, do pai, do irmão, do namorado ou da família.

É assim que a lei exige a autorização do marido para o re-

gistro policial de uma ocorrência de estupro quando a vítima for casada. Não é, portanto, por acaso que a quase totalidade dos casos de estupro que têm denúncia policial as vítimas são mulheres solteiras.

Mais distante ainda está a aceitação da reivindicação do movimento de mulheres do reconhecimento penal da violência sexual dentro do casamento.

É nesse quadro que os casos de violência sexual — juntamente com a violência e espancamentos domésticos — são os únicos casos em que a vítima deve “provar sua inocência”, ou seja, não apenas que não queria ser agredida, mas até o absurdo, de que não usufruiu da agressão.

### O silêncio é cúmplice da violência

É dentro desta lógica que se desenvolvem os diferentes me-

certeza da culpabilidade da mulher. Uma abordagem não reacionária pressupõe que se assumo o ponto de vista do oprimido. Para isso não é necessário nem mesmo uma postura revolucionária. O humanismo cristão, ou burguês, se não estivessem impregnados do machismo seriam suficientes para aceitar o ponto de vista do movimento de mulheres: o combate ao “mito reacionário de que são as mulheres que causam a violência, inclusive o estupro. As mulheres não causam, não merecem, não querem e não pedem o estupro”. (8)

Em segundo lugar a busca de justificativas para a violência masculina. Já se chegou a buscar explicações biologizantes sobre a maior necessidade sexual dos homens, hoje ridicularizadas, ou de maneira mais simplista a justificação pela emergência descontrolada

qual o limite entre a construção da humanidade e a manutenção dos privilégios dos opressores?

E finalmente os dois mecanismos interligados do silêncio e da impunidade. O silêncio do consentimento velado, da solidariedade entre os opressores. Os mecanismos de silêncio são sobre as mulheres a criação do medo, da humilhação, da desesperança sobre os efeitos de sua reação. É o silêncio que permite que a violência sexual permaneça invisível. A denúncia significa questionar a legitimidade e a aceitação da opressão, tirar o véu do silêncio sobre o estupro e a violência sexual significa dificultar os caminhos de uma dominação que é pacífica para os homens e brutal para as mulheres. Por esta razão o movimento de mulheres tem como uma de suas bandeiras a necessidade de trazer à luz a violên-



Sobre o estupro

São poucos os trabalhos e pesquisas publicados sobre estupro e violência sexual. Algumas obras em língua estrangeira são uma referência fundamental, em especial o livro de Susan Brownmiller, editado também em espanhol por Ed. Planeta, Barcelona, 1981.

- (1) Susan Brownmiller. *Against our will. Men, women and rape... a conscious process of intimidation by which all men keep all women in state of fear.* New York, Penguin, 1976.
- (2) Jane Dow Deswell. *La violación: Hablan las mujeres.* México, Grijalbo, 1987.
- (3) Barbara Toner. *The facts of rape.* Londres, Arrow Books, 1977.
- (4) Maria Amélia Azevedo. *Mulheres espancadas: a violência denunciada.* São Paulo, Cortez, 1985.
- (5) *Um retrato da violência contra a mulher:* São Paulo, Fundação Seade e Conselho Estadual da Condição Feminina, 1987.
- (6) *Quando a vítima é mulher: análise de julgamento de crises de estupro, espancamento e homicídio.* Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- (7) Montserrat Oliván. “Violadas y ofendidas”. *Movimiento Comunista: Hablan las mujeres.* Madrid, 1983.
- (8) Andrea Morell — “A concepção marxista da violência contra as mulheres” *Perspectiva Internacional.* n.º 7, novembro e dezembro de 1983. São Paulo, Editora Aparte.

canismos que propiciam uma certa aceitação social da violência sexual e a permanência de uma cortina cinzenta sobre a sua existência, aceitas como normas mesmo dentro da esquerda e dos que buscam ser revolucionários.

Em primeiro lugar a inversão do papel da vítima e do opressor.

A lógica da defesa do poder masculino se completa com a

de um “instinto animal”, como se a construção dos valores e comportamentos patriarcais não fossem uma construção cultural (e até mesmo desconhecendo a realidade de que não há estupro entre os animais!)

Às vezes as justificativas são mais sofisticadas: qual o limite entre a violência e o prazer? Sem se perguntar por que as mulheres não estupram, ou

cia ocultada e impune.

E a impunidade, se não pode ser resolvida pela recorrência à ação policial, a crítica da justiça burguesa não pode significar a proteção do poder masculino e, em última instância, a sua perpetuação. É neste sentido que o movimento de mulheres associa a denúncia à criação de mecanismos que exponham os homens frente à realidade de seus atos.



# A experiência da

O PT assumiu a Prefeitura de Porto Alegre, com 34% dos votos, reunindo expectativas de mudanças profundas. A começar pela própria militância, os milhares de petistas que se engajaram na campanha e tornaram a vitória possível até o eleitor que deu seu voto ao PT, todos esperavam para o dia seguinte à posse um conjunto de medidas assegurando estas mudanças.

Hoje, após quatro meses à frente da Prefeitura de Porto Alegre, temos experiência suficiente para dimensionar nossas possibilidades e até retomar um processo de discussão em torno das prioridades da Administração Popular e dos elementos necessários à construção de uma política coerente com nossos compromissos e aspirações de mudanças profundas.

Marcia Camargo

Em Porto Alegre, a Convenção Municipal do PT em maio, através de um amplo processo de debate nas Zonais, discussão de balanço e propostas, apontou caminhos para a construção desta política. Estiveram presentes mais de quatrocentos delegados, representando um debate que envolveu mais de 1.400 petistas.

Alguns dos principais elementos desta reflexão foram o reconhecimento de que é preciso realizar no partido a discussão a respeito das prioridades da Administração Popular, clarificando as relações partido-administração, e a discussão do caráter da Administração Popular, a que projeto corresponde, a que objetivos atende. Estas decisões desdobraram-se através da abertura de um amplo debate no partido, retomando as discussões interrompidas desde a formação do governo. Aquele momento havia sido marcado por uma discussão tensionada entre posições que defendiam a autonomia do prefeito para compor seu secretariado e outras que optavam pela priorização da opinião do partido sobre a questão, e pela disputa em torno do papel de um conselho político de administração. Estava pre-

sente também uma polarização sobre o projeto a que corresponde uma administração do PT.

É neste patamar superior estabelecido pela Convenção que retomamos um balanço da administração, enfocando estas tensões e polêmicas e apontando as resoluções da Convenção Municipal e do Diretório eleito.

## A herança

Débitos com fornecedores acumulados desde junho de 1988, empreiteiras não pagas desde agosto, aplicação em janeiro de um plano de cargos e salários que triplicou a folha e passou a absorver 98% da receita no pagamento de 21 mil funcionários — eis a realidade da nova administração. E de janeiro a abril, a folha de pagamento aumentou 48%, enquanto as receitas do município cresceram 39%.

Nada disso ocorreu por acaso, Teresa Campello e Guilherme Cassel, da Secretaria da Fazenda, avaliam que este quadro exige uma reflexão muito profunda e opções claras. Primeiro, no sentido de abrir as contas à população, impulsionar a reforma administrativa e trabalhar junto aos funcionários para que se adote uma política salarial corrigindo as distorções atuais e aplicando reajustes em cascata, aumentando os salários mais baixos e contendo os mais altos.

“A máquina administrativa não é neutra: obsoleta, inchada pelo clientelismo e recentemente “preparada” para receber o PT, ela precisa ser enfrentada”, concluem.

Outro elemento é a estrutura da receita das prefeituras. Ao contrário do que foi divulgado pelo governo central, a centralização dos impostos é uma realidade concreta que só pode ser mudada com uma verdadeira reforma tributária. Cinquenta e oito por cento das receitas são transferências da União e dos Estados, centralizados no momento da arrecadação e só devolvidas aos municípios muito tempo depois.

O retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que representa 49,5% de toda a receita do município, vem apresentando crescimento real abaixo da inflação nos últimos meses. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que contribui com cerca de 24% da receita, é um tributo com alto índice de sonegação. E como impostos indiretos, que recaem sobre os trabalhadores, eles são injustos.

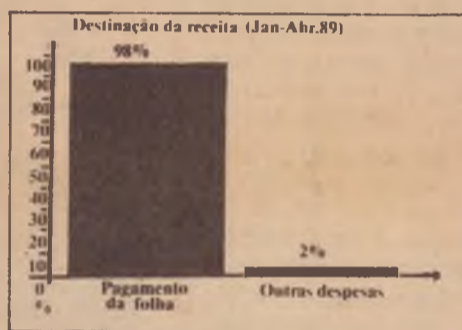
O Imposto Predial e Territorial Ur-

bano (IPTU) compõe apenas 8% da arrecadação, e é um dos objetivos da administração popular criar uma alíquota progressiva gravando os grandes proprietários e possibilitando uma política distributiva.

O Imposto Sobre a Venda a Varejo de Combustíveis (IVV) e Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos, criados este ano, contribuem com percentuais baixos na receita, devido a situação econômica do país.

## A questão dos ônibus

Uma certa perplexidade percorre a militância petista. Há equívocos políticos que se expressaram no encaminhamento incorreto da intervenção nos transportes, por exemplo. A discussão foi já largamente feita pelo partido. A intervenção tem um significado político



importante. Sua decretação em janeiro em resposta à pressão dos empresários pela decretação de um aumento de tarifas, ameaçando com um locaute, é acompanhada de uma mobilização da opinião pública favorável à administração popular. Inicia-se um processo de enfrentamento.

Os empresários do transporte atuam como verdadeira máfia: ameaçando empregados, sabotando, caluniando os interventores. Atrás disso tudo, o caixa dois, meio utilizado para o desvio de recursos que deveriam ser reaplicados na melhoria da qualidade de serviços; os negócios escusos (desde empresas de turismo até lapidação de pedras preciosas, operados pelas empresas); as planilhas de custo manipuladas. Na cara do usuário: uma frota sucateada, a superlotação, e descumprimento dos horários, a falta de segurança, os baixos salários e péssimas condições de trabalho.

Partindo inicialmente de uma mobilização que envolvia sindicatos e entidades populares, no decorrer do processo, a administração acabou fechando as negociações com os empresários, excluindo o movimento popular; o diretório metropolitano criticou a posição, avaliando que ela obrigaria a re-

cuos cada vez maiores, na medida em que instaura a dinâmica de negociações isoladas da pressão da população organizada, dentro de uma lógica falsa de que seria possível “dividir” os empresários.

A grande maioria dos petistas, no entanto, concorda que depois de semanas de intervenção era o momento de atualizar as tarifas. Isto foi explorado pelos empresários e pela imprensa burguesa como uma mostra de que toda a intervenção, a luta que ela suscitou, a mobilização de “fiscais populares”, as dificuldades de operação que se refletiram em imensas filas nos terminais, foram em vão.

As vitórias que obtivemos — uma redução real de 36% na tarifa, calculado o período de janeiro a maio e a obtenção de meios para dominar as informações necessárias ao estabelecimento de preços reais das tarifas — ainda não podem ser medidas pela população.

Os dados que obtivemos corrigem a composição de custos das planilhas apresentadas pelos empresários: os pneus têm custos reais de 30% abaixo do estimado pelos empresários, foram retirados os custos com “leasing”, isto é, aluguel de ônibus com altos custos financeiros, por exemplo. O próprio índice de passageiros por quilômetro (IPQ) está sendo refeito.

Resgatando a compreensão de que a dinâmica que interessa ao PT passa pela articulação e mobilização do movimento popular na aplicação de políticas de interesse popular, como o controle público dos transportes, será retomado com o fórum de discussão do problema dos transportes.

Hoje, a Prefeitura devolve aos empresários mais três empresas sob intervenção, mas mantém o controle sobre 50% do serviço (a Carris, que é estatal, mais a Sopal, Viação Teresópolis e Trevo, privadas e que estarão sob intervenção pelo menos até 31 de dezembro). O objetivo principal da manutenção da intervenção é garantir o controle sobre as operações contando com uma reserva técnica para negociar tarifas e qualidade dos serviços em melhores condições. A médio prazo, o esforço vai no sentido de obter os dados para uma planilha de custos reais e aumentar o controle público sobre o serviço, seja ampliando a frota da Carris, seja encampando empresas.

## Uma rica experiência

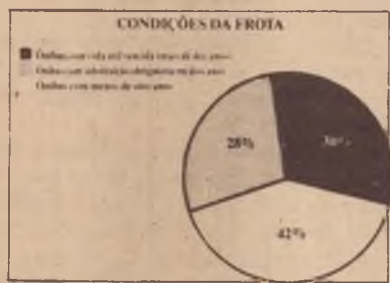
O processo de intervenção dos transportes foi uma rica experiência, na medida em que se comprovou que a autonomia assumida pelo Executivo confi-



# Administração Popular

gurava um divórcio com o partido e o movimento, que são as fontes de sustentação da administração popular.

Na discussão vivida pelo partido, preparando a Convenção Municipal, as concepções de fundo das diferentes



posições frente à relação administração-movimento e administração-partido apresentaram-se mais claramente.

Polarizaram-se duas visões de fundo. De um lado a corrente Nova Esquerda e setores da Articulação, Venceremos e outros, defenderam uma posição de "universalidade" da administração, que tem no vértice uma visão de que é possível administrar a cidade "para todos". De outro, a compreensão que foi aprovada na convenção que afirma que "a administração não é e não existe como projeto político próprio, ela é subordinada ao projeto do PT e ao entendimento que temos do valor estratégico da construção de um campo de unidade dos explorados e oprimidos". Apresentada pela corrente Democracia Socialista, esta posição foi apoiada pelas correntes Vertente Socialista, Convergência Socialista e setores do PT Pela Base.

Nesta discussão revelou-se uma confusão entre a apresentação do projeto da classe trabalhadora para a emancipação de toda a sociedade, como um projeto para todos e neste sentido universal, e a universalidade traduzida como limite às iniciativas táticas e atuais. As medidas adotadas pela administração popular, que está incidindo nesta realidade concreta da cidade, e onde o instrumento, a prefeitura, apresenta os limites e as características de classe, necessariamente implicam um confronto com interesses das classes dominantes. Isto foi o que experimentamos no processo de intervenção nos transportes.

## Articulando o imediato com o histórico

Adão Villaverde, presidente do novo Diretório, comenta: "Com esta concepção abre-se uma nova perspectiva para a articulação entre as responsabilidades que contraímos de administrar a cidade hoje e os nossos objetivos históricos mais amplos. Esta era uma discussão frágil, pouco trabalhada no PT, tanto pela história do nosso partido, quanto pelo partido novo e que está estruturan-



Tarso Genro, Adão Vilaverde e Olívio: após o Encontro, todas as correntes retomam o debate do programa municipal

do uma série de definições estratégicas, quanto pela surpresa da vitória."

As resoluções da Convenção apontam também alguns caminhos para o enfrentamento destas questões. A primeira delas é a retomada pelo partido da discussão das prioridades da administração. Este processo já se iniciou e envolveu as zonais e núcleos, e culminou em um seminário realizado em 2 de julho. A abertura do processo foi feita por uma plenária ampla de militantes, garantindo que a mobilização e o debate político serão abertos e amplos.

Um segundo elemento é a retomada da prioridade da construção do conselho político. Inicialmente ponto de divergência entre as diferentes posições, hoje o conselho político é assumido por todos como um fórum de debates e mediação entre a discussão do partido e a administração. Junto com isso, o processo vivido pelo PT pesou profundamente sobre aqueles dirigentes que estão à frente da administração popular, resgatando a relação partido-administração e consolidando a consciência dos riscos que um partido novo corre frente à dinâmica dispersiva e cooptadora do aparato do Estado.

Villa aponta como outra importante resolução a orientação de construção dos conselhos populares, definida como prioridade número um da administração em Porto Alegre. Hoje, há formas de organização amplas, reunindo setores do movimento popular, como o conselho da zona norte, e embriões destes organismos, como as uniões de

vilas. O PT impulsionará estas formas de organização, buscando ampliá-las, integrando outros setores, como o movimento sindical. A administração popular passará por elas as discussões de prioridades, problemas, mobilizações, enfim, questões importantes à aplicação das prioridades da gestão petista.

## Avanços no debate

Este primeiro momento do debate teve a participação de trezentos militantes, em nove grupos temáticos.

Durante todo o dia 26 de junho, os grupos de trabalho debateram os principais temas do programa da administração popular, construindo uma visão dos problemas e das prioridades que vamos atacar a partir de agora.

A participação popular, objetivo estratégico da administração, será incentivada através da participação e controle popular na co-gestão de postos, escolas e centros comunitários. Os Conselhos Municipais de Transporte, Saúde, Educação e Habitação serão agilizados e o orçamento municipal para 1990 será levado à discussão com o movimento popular e sindical. Estes elementos apontam para uma política de incentivo à organização dos conselhos populares.

Frente ao desafio de prestar melhores serviços à população e readequar a política de salários, as discussões convergiram para a implantação da eleição de chefias e a discussão com o funcionalismo de um novo plano de cargos e

salários que diminua as diferenças salariais, fixando teto e piso mais próximos e corrigindo distorções. Junto com isso, é preciso trabalhar no sentido de promover uma reforma administrativa. Nosso objetivo é promover ações integradas e política unitária, articulando a ação administrativa, e técnica, fundindo e remodelando órgãos hoje supérfluos ou mal aproveitados.

Nas áreas de serviços diretos à população, como iluminação pública, habitação, abastecimento e transporte coletivo é possível algumas ações emergenciais, de manutenção e ampliação.

## A história nas mãos

Não há dúvidas de que a burguesia prepara-se para um jogo de braço com a Administração Popular. Seja o problema dos transportes, seja a implantação de uma nova tabela de IPTU que venha a gravar os especuladores, ou outra política de interesse popular aplicada pela administração petista, as batalhas se sucederão. A vitória do PT passa pela articulação de forças sociais críticas a forma com que se governa neste país, tencionando e rompendo limites legais e institucionais dos aparatos do estado frente às necessidades populares, e vai no sentido de criar formas alternativas de organização da cidade, representativas dos interesses destes setores emergentes. Esta articulação se dará ao calor das lutas e promete enfrentamentos importantes. O Partido dos Trabalhadores, em Porto Alegre, como em outras cidades, está no centro dessas lutas.



# Revolução Nicaragüense

## 1: PARTE

“Abrindo a passagem como a luz em um túnel”: assim Tomas Borge, um dos dirigentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional, avalia o penoso processo de formação da vanguarda revolucionária em seu país.

Entre a fundação da FSLN em 1961 e a vitória da revolução em 1979, uma sucessão de heróicos combates guerrilheiros e um paciente trabalho de organização de massas. O caminho para a construção de uma hegemonia revolucionária e para o isolamento pleno do regime só seria descoberto após muitos fracassos. Há momentos em que o fio da continuidade da organização revolucionária é quase rompido. Mas o aprendizado prossegue.

Esta primeira parte aborda o processo de evolução da Frente Sandinista até os ensinamentos aprendidos após o fracasso da tentativa guerrilheira no final dos anos sessenta.

Sob o impacto da vitória da Revolução Cubana, é fundada, em 23 de junho de 1961, “às margens do rio Patuca, em Honduras”, como recorda Tomas Borge em *O Axioma da Esperança*, “sob a direção do coronel Santos López, veterano sandinista”, a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Na sua grande maioria seus fundadores eram jovens. Entre eles, Carlos Fonseca Amador, que tinha rompido, pela esquerda, com o partido stalinista, Partido Socialista da Nicarágua.

A situação nicaragüense era, então, caracterizada pelo subdesenvolvimento, pela forte dependência ao imperialismo norte-americano e pelo controle da cena política pela família Somoza, que desde o início dos anos 30 mantinha o país sob suas rédeas e câmaras de torturas. Essa situação levou várias vezes a choques entre os setores das classes dominantes, sendo que uma das suas expressões foi o assassinato do ditador Anastácio Somoza pelo jovem Rigoberto López Pérez, ligado aos conservadores.

Após a morte de Anastácio Somoza até o início dos anos 60, como lembra Tomas Borge, aconteceram cerca de vinte movimentos armados. As condições objetivas para a revolução, diz Borge, nesse período, eram visíveis e dramáticas, mas “as condições subjetivas de organização e consciência eram invisíveis por serem naquele momento virtualmente inexistentes. Esta contradição entre as condições objetivas e subjetivas deu como resultado algo que caminhou abrindo passagem como a luz em um túnel até que o povo descobriu que sem uma vanguarda não era possível derrotar a ditadura somozista”.

### A vanguarda revolucionária

A convergência entre duas gerações de revolucionários, algo mais que simbólico no processo nicaragüense, concretiza-se na participação de Carlos

Fonseca e do coronel Santos López na fundação da FSLN.

Carlos Fonseca tinha, desde os seus tempos de jovem militante do PSN, acreditado que a experiência de Sandino era “uma espécie de caminho”. Tratava-se para Carlos Fonseca de resgatar toda uma tradição de combate do povo nicaragüense.

Augusto Cesar Sandino, o “general dos homens livres”, tinha desenvolvido toda uma luta guerrilheira contra a ditadura e o imperialismo, entre 1927 e 1934. Tinha, como analisa Charles André Udry, em *A Revolução Nicaragüense*, se aproximado “dos limites estruturais da vontade e da capacidade antiimperialista da burguesia”. Apesar das barreiras impostas por uma diferenciação social ainda pequena, Sandino retirou ensinamentos que se tornariam patrimônio da FSLN: “Só os operários e camponeses levarão a luta até o fim.”

Carlos Fonseca e seus companheiros resgataram essa herança afirmando que os operários e os camponeses seriam as forças motrizes da revolução, luta armada era a via revolucionária

transparência uma relação entre os dois processos revolucionários, inclusive sua independência em relação aos velhos partidos e esquemas políticos do stalinismo. “Fidel foi para nós a ressurreição de Sandino...”, disse Borges.

A FSLN nasce, portanto, sob essas influências. A vitória cubana era muito presente, povoando sonhos e esperanças, e fundamentalmente possibilitando parâmetros, lições. Entre 1961 e 1963, a atividade da FSLN se dá através da guerrilha clássica. “A liberdade não se conquista com flores, mas com balas”, havia dito o general Sandino.

Nesse primeiro período, são desenvolvidas várias ações de combates, em regiões urbanas e rurais, indo de assaltos a bancos, para financiar a luta, à tomada da Rádio Mundial, onde foi lido um manifesto.

Carlos Fonseca analisa esse momento afirmando que as experiências guerrilheiras de Bocay e Rio Coco não foram focos guerrilheiros. Pode-se verificar que, apesar de derrotas militares, a FSLN já consegue fazer suas primeiras ligações com “as fábricas, os bairros, a Universidade, as comarcas de Matagal-

xou, contudo, o trabalho nas montanhas e nas comarcas, e com isso manteve as condições de, sem maiores perdas, reorientar, posteriormente, sua atividade revolucionária.

### Novas experiências

Esse período político se caracterizou pela tentativa de Anastácio Somoza Debayle, herdeiro político do clã Somoza, de continuar “presidente” e pelos enfrentamentos, duros e sangrentos, entre a FSLN e a Guarda Nacional, com o assassinato de vários militantes sandinistas.

Nesse período, também selou-se a diferenciação de caminhos entre o reformismo, o stalinismo e os militantes da FSLN. Enquanto o PSN e o grupo Mobilização Republicana participam do processo eleitoral, em uma frente junto com setores burgueses opositores a Somoza, a FSLN envia seus principais quadros políticos, entre eles Carlos Fonseca, para as montanhas.

A FSLN prepara com cuidado a nova base guerrilheira, em Pancasan. Quando os enfrentamentos armados começam, verificam-se erros militares, e a FSLN sofre mais uma derrota militar. A situação conjuntural da revolução latino-americana era também de derrota: morte de Guevara na Bolívia, morte de Turcios Lima na Guatemala, prisão de Hugo Blanco e Héctor Béjar no Peru. Na Nicarágua, além da derrota de Pancasan, vários sandinistas foram mortos. Carlos Fonseca, mais uma vez ferido; e Somoza, mais uma vez presidente.

### Crítica ao foquismo

Essa situação recoloca para a FSLN uma reavaliação do processo e novas táticas. Esse momento significou para a FSLN, como disse Borges, “o final dos remanescentes foquistas”. Iniciou-se, então, uma etapa denominada de “acumulação de forças em silêncio”.

Esse período foi um momento de forte reflexão da FSLN. Levou ao estudo “das experiências revolucionárias cubana, argelina, vietnamita e chinesa. A aprofundar o conhecimento do país, da sua história e definir com maior precisão as forças sociais portadoras do projeto revolucionário: as massas urbanas e não apenas os operários (distinguindo-se do sindicalismo do PSN), os camponeses e não apenas os operários agrícolas”, como analisa Charles André.

E, finalmente, conscientizar-se estrategicamente de que é necessário impedir que a burguesia não-somozista, cujas pretensões políticas aumentam sob os efeitos do crescimento econômico, possa “se aproveitar de uma situação provocada pela guerrilha para tomar o poder”.

Esse período de “acumulação de forças em silêncio” foi também um momento extremamente importante no fortalecimento e consolidação da FSLN, já que conseguiu integrar novas gerações de militantes em suas fileiras, entre eles vários de origem cristã. A FSLN ia com isso se tornando a vanguarda de todo o povo nicaragüense na luta contra a ditadura e o imperialismo.



para transformar a sociedade. É feita uma síntese muito particular entre as tradições de combate da Nicarágua, do Sandino, com a tradição marxista e as novas linhas políticas e formas de luta do processo revolucionário.

### Combates e balanço

A revolução cubana tem uma forte influência sob a revolução nicaragüense mesmo antes de Fidel entrar em Havana. Carlos Fonseca foi membro, após ter rompido com o PSN, da coluna guerrilheira Rigoberto López Pérez, em 1959. Essa coluna teve em sua preparação a solidariedade do comandante Ernesto Che Guevara. Embora ela tenha sido derrotada pela Guarda Nacional de Somoza, já indicava com

pa, Manágua, Ocotal e Chinandega”, de acordo com Borges.

A reavaliação desse período levou a FSLN a um giro ao trabalho de massas (1963—66), “a dar uma particular importância ao trabalho nos bairros periféricos de Manágua e outras cidades”. Esse momento coincidiu com um certo descenso da luta anti-somozista.

O giro ao trabalho de massas levou a FSLN a concretização de uma frente com o velho PSN e uma organização pequeno-burguesa, Mobilização Republicana. A FSLN não soube ganhar a hegemonia nessa frente, nem combinar o trabalho legal, de massas, com o ilegal, conspirativo. Para Borges, “nesse trabalho predominou o estilo reivindicativo e discursivo”. A FSLN não dei-



# Da morte de Sandino ao balanço de 1968

**1933:** Em fevereiro, o General Augusto Cesar Sandino assina um acordo de paz com o presidente Juan Sacasa e os Partidos Conservador e Liberal. Os "Mariners" dos Estados Unidos tinham se retirado do país.

**1934:** O General Sandino é assassinado pela Guarda Nacional, dirigida por Anastacio Somoza Gracia.

**1936:** Juan Sacasa é derrubado, em junho, por um golpe militar organizado por Somoza, que, em setembro, se impõe como "presidente" e cria o Partido Liberal Nacionalista (PLN), como instrumento do seu poder.

**1944:** O PLN se divide em março e sua ala dissidente, Partido Liberal Independente, alia-se aos conservadores para fazer uma forte campanha contra o governo de Somoza. Em junho deste ano é criado o Partido Socialista da Nicarágua, de orientação estalinista, que adota uma linha política de conciliação.

**1948:** O candidato a presidente do PLN, Leonardo Augüello, vence as eleições com o apoio de Somoza. Menos de um mês após, Somoza derruba-o, por acreditar que ele estava ficando muito "independente".

**1950:** Pela terceira vez Somoza é eleito, em fevereiro, presidente.

**1956:** Em setembro Somoza é assassinado por um jovem conservador, Rigoberto López Pères. Os filhos do ditador, Luis e Anastácio Somoza Debayle, assumem, respectivamente, a presidência e a direção da Guarda Nacional.

**1957:** Luis Somoza, em fevereiro, é eleito presidente e em novembro reprime violentamente uma rebelião liderada por oficiais da Força Aérea Nicaraguense.

**1958:** Em julho, os estudantes fazem grandes manifestações contra a visita ao país de um representante do imperialismo norte-americano. Entre 15 de setembro e 18 de outubro, Ramón Raudales, veterano do exército de Sandino, começa uma campanha guerrilheira. Era o "primeiro exército de libertação da Nicarágua". Surge na região de Nova Segóia. O grupo não tem mais de quarenta combatentes. Raudales morre em combate nas montanhas de Yaule.

**1959:** Em janeiro é vitoriosa a Revolução Cubana. Em fevereiro, dirigentes do PLI e dos Conservadores começam a organizar um grupo de homens, na Costa Rica, para derrubar Somoza. Chamorro viaja a Cuba para pedir apoio a Fidel Castro para essa política. Fidel nega o apoio por considerar as posições políticas de Chamorro atrasadas. Em 29 de maio, uma greve geral organizada pelos conservadores fracassa. A Guarda Nacional prende cerca de trezentos dirigentes sindicais, políticos e empresários. No dia 31 deste mês, os conservadores, partindo da Costa Rica, invadem a Nicarágua, por via aérea. Alguns enfrentamentos se dão entre o grupo invasor e a Guarda Nacional. No dia 14 de junho Joaquim Chamorro se rende à frente do último grupo de insurgentes. Luis Somoza dá anistia aos mesmos em dezembro do mesmo ano. Em 27 de junho, em El Chaparral, é derrotado a coluna guerrilheira "Rigoberto Pérez López", que

conta com o apoio dos cubanos. Carlos Fonseca é ferido, mas consegue chegar a Cuba. No dia 23 de julho, os estudantes fazem uma manifestação e são reprimidos violentamente, com quatro mortes. É o início da radicalização estudantil.

Em agosto, a Guarda Nacional assassina Manuel Díaz y Sotelo, membro do PLI, que tentava organizar uma guerrilha na região de Estelí. De agosto a novembro surgem vários focos guerrilheiros: um em Matagalpa, dirigido por Chale Haslam, que morre em combate; outro, dirigido por Julio Alonso, ex-membro da Guarda Nacional e vete-



"Os vacilantes, os tímidos, pelo caráter que toma a luta, nos abandonam porque só os operários e camponeses irão até o fim, só sua organização alcançará o triunfo." A.C. Sandino

rano da insurreição de 1947, em Nova Segovia, que tenta em vão manter contatos com o grupo de Haslam. Surge também a Frente Revolucionária Sandino (FRS), dirigida por Alejandro e Harold Martínez, da qual participa Edem Pastora. Honduras fica sendo a base logística das operações. Em dezembro é morto, em Honduras, Heriberto Reytez, combatente do exército de Sandino, após a destruição de um grupo guerrilheiro que ele tinha organizado. Nesse mesmo mês, o PSN rechaça a luta armada sob o argumento de que ela era prematura.

**1960:** Julio Alonso dirige uma ação guerrilheira em Matagalpa e morre logo depois em uma emboscada. Em fevereiro, a Guarda Nacional mata Harold Martínez, da FRS. Em abril, Alejandro Martínez dirige a FRS na tomada de um posto da Guarda Nacional, em Las Trojas, mas termina o grupo guerrilheiro se dispersando no fim des-

te mesmo ano. Entre maio e setembro são realizadas várias manifestações estudantis. Em julho, Carlos Fonseca é detido, após o anúncio público do Partido Socialista Nicaraguense, estalinista, de que ele tinha voltado para a Nicarágua. Logo após, é deportado para a Guatemala. Em novembro o "Movimento 11 de Novembro", dirigido por Idalecio Pastora, e com base em Costa Rica, toma dois quartéis (Jinoteca e Diriamba) da Guarda Nacional, mas não resiste muito tempo diante das forças da Guarda Nacional e termina se rendendo.

**1961:** Carlos Fonseca funda o Movi-

mento Nova Nicaragua (MNM). Em 23 de julho, é fundada a Frente de Libertação Nacional por Carlos Fonseca, Tomás Borges e Silvio Mayorga. Apenas no ano seguinte, é que foi agregado a ela o nome "sandinista", por insistência de Carlos Fonseca. Em agosto é formada a primeira célula estudantil da FSLN, em Manágua, com militantes oriundos da JPN, do MNM e do PS.

**1962:** Carlos Fonseca cria a Frente Estudantil Revolucionária (FER). Em julho começam a ser publicados documentos e declarações da FSLN. Em setembro a FSLN já tem a sua primeira área de operações.

**1963:** Em 2 de fevereiro é eleito René Schick novo presidente do país, com o apoio de Somoza, que continua com a liberalização do regime. Em maio, a FSLN realiza a sua primeira ação assaltando um banco, em Manágua. De junho a outubro, a FSLN desenvolve a "Campanha do Rio Coco", sob o co-

mando de Santos López, Tomás Borge e Modesto Duarte, ocupando algumas povoações, e atacando outras. O saldo de mortos e feridos é elevado, obrigando os sobreviventes a se retirarem para Honduras, onde terminam detidos, sendo que Rigoberto Cruz se dirige para o sul, Matagalpa, para organizar os camponeses.

**1964:** A FSLN decide atuar na legalidade, aproveitando o processo de abertura do presidente R. Schick, e alia-se com o PSN e o movimento de Mobilização Republicana (MR). Em junho, é realizada a primeira greve geral do país, com a participação da FSLN, e logo depois, são presos Carlos Fonseca e Víctor Tirado. Em dezembro, são presos outros membros da FSLN, entre eles Daniel Ortega, Selim Schible e Edmundo Pérez.

**1965:** Carlos Fonseca exila-se na Guatemala.

**1966:** Em janeiro, Carlos Reyna assiste à Primeira Conferência Tricontinental em Havana. Em abril, Carlos Fonseca regressa à Nicarágua para organizar uma nova frente guerrilheira. Entre julho e outubro, um contingente de sandinistas lutam junto com guerrilheiros guatemaltecos, dirigidos por Oscar Turcios, com o objetivo de adquirir experiência em combate para lançar posteriormente a guerrilha na Nicarágua. Em setembro, são feitos alguns assaltos a bancos para conseguir fundos para a guerrilha. Em novembro, é criada a União Nacional Opositora (UNO) pelo Partido Conservador Tradicional, PSC e PLI. Enquanto o PSN lhe dá apoio, a FSLN rechaça as eleições que se aproximam e defende a luta armada, concentrando, no mês seguinte, as suas forças guerrilheiras em Matagalpa.

**1967:** A UNO faz uma manifestação na capital, reprimida com extrema violência, sendo mortos cerca de duzentos manifestantes. Em fevereiro, Anastacio Somoza Debayle é eleito presidente. Em abril, o seu irmão, Luis, morre. A militarização do regime aumenta. Para "comemorar" a posse de Anastacio Somoza, a FSLN lança várias bombas e assalta um banco. Em maio, o grupo guerrilheiro divide-se em três colunas: uma comandada por Carlos Fonseca, outra, por Tomás Borge e outra, por Silvio Mayorga. Imediatamente, os enfrentamentos com a Guarda Nacional aumentam. Em 27 de agosto, a Guarda Nacional destrói a coluna comandada por Silvio Mayorga, matando vinte dos seus trinta e cinco integrantes. Vários militantes têm que fugir para Cuba. Em novembro, Gonzalo Sotelo, dirigente da FSLN, é preso e depois assassinado pela Guarda Nacional, Daniel Ortega é preso e é desbaratado o aparelho da FSLN em Manágua. Turcios e Borges fogem para Cuba.

**1968:** Começa a reorganização da FSLN nas cidades. Na Costa Rica, é realizada uma série de reuniões sob a direção de Carlos Fonseca, de balanço da luta, da estratégia até então seguida, tida como de "foco" e baseada na experiência cubana.

São adotadas as bases do conceito de "guerra popular prolongada", inspiradas nos exemplos das revoluções chinesa e vietnamita.



# A Revolução

Há duzentos anos, o grito pela Liberdade, Igualdade e

A forma de abordar a comemoração da revolução francesa está marcada pela disputa entre as grandes ideologias e projetos políticos.

O tom dominante que o Partido Socialista de Mitterrand empresta às festividades enfatiza três idéias-chave.

Prepara-se para celebrar em 1789 o nascimento dos Direitos do Homem, considerados essencialmente como os direitos cívicos, políticos. A fase "popular", de maior radicalização, com o período de ascensão dos jacobinos e que vai de 1792 a 1794 é considerado como um "desvio", uma aberração histórica.

Em segundo lugar, a própria idéia da revolução é reduzida a um tipo de mudança longa e profunda. O livro sobre a revolução francesa que ganhou notoriedade neste contexto é o do historiador Furet que intitula "A Revolução Francesa de Turgot a Jules Ferry". De Turgot a Jules Ferry vai um período de um século. Para Furet, historiador da moda, o "ciclo das revoluções é capítulo concluído da humanidade".

Enfim, procura-se fazer da revolução um quadro sem conflitos, substituir a atmosfera da revolução por outra de reconciliação, de grande acordo nacional.

Para Marx, a revolução francesa é o exemplo clássico da revolução burguesa, de sua ascensão à condição de classe dominante. Marca, ao mesmo tempo, a sua passagem para a condição de classe interessada na defesa da ordem, opondo frontalmente a partir daí os seus interesses aos direitos universais.

Esta passagem está bem marcada na história da revolução Francesa. Se em 1789 os Direitos Humanos eram considerados apenas os direitos políticos, a partir de 1792, eles abarcam também o problema social. Na Constituição de 1793, afirmam-se o direito ao trabalho, aos meios de subsistência, a uma certa assistência social. Assiste-se a uma radicalização da teoria do Direito Natural que coloca em questão o caráter inviolável do direito de propriedade. Em 1793, a propriedade é definida como uma instituição e não mais como um direito natural. Mas, a partir de 1794, com o chamado Termidor, a Revolução sofre um recuo, enquadrando-se nos limites impostos pela burguesia.

Hoje, há duzentos anos da Revolução Francesa, o grande lema da Liberdade, Igualdade e Fraternidade é ainda um desafio para a humanidade.

## A crise do antigo regime e a ascensão da burguesia

A França de 1789 era um país com mais de 80% da população no campo. Para esta maioria da população, o Antigo Regime significava sobretudo o parasitismo da aristocracia: após pagar o dízimo devido à Igreja, o camponês tinha que pagar toda uma série de tributos ao senhor local.

É, entretanto, uma outra classe social — a burguesia — que vai dirigir a derrubada do Antigo Regime. O desenvolvimento econômico da burguesia chocava-se a toda uma série de entraves:

— as alfândegas internas obstaculizavam a circulação de mercadorias e impediam que se criasse um mercado unificado;

— a partir da Idade Média, uma boa parte da produção artesanal se fazia no que se chamava as corporações: os mestres-artesãos, fazendo trabalhar um número determinado de operários, produziam as mercadorias segundo procedimentos rigorosamente opostos à livre empresa de tipo capitalista.

— os dízimos eclesiásticos e as taxas pagas aos senhores locais limitavam o poder de compra dos camponeses sem que fossem utilizados para os investimentos produtivos.

A esta situação explosiva faltava um elemento detonador. É a questão do déficit orçamentário que vai cumprir este papel. As guerras e particularmente a guerra de independência dos Estados Unidos (1776—1783) custaram muito caro à França. Para saldar este débito, não havia senão uma solução: fazer com que a aristocracia pagasse os impostos, dos quais ela era dispensada. Mas isto ela recusava-se a fazer.

Acuado pela bancarrota, Luis XVI convoca uma verdadeira instituição: os Estados Gerais. Os Estados Gerais eram uma assembleia de eleitos das três ordens do Antigo Regime: o clero, a nobreza e o Terceiro Estado (isto é, todo o resto) — reunidos para votar novos impostos.

## 1789—1792: A fase "liberal" da revolução O ano de 1789

Os Estados Gerais são oficialmente abertos a 5 de maio de 1789. Durante mais de um mês, o seu funcionamento é bloqueado por questões de

procedimento. A aristocracia, apoiada pelo rei, procura impedir o questionamento de seus privilégios.

Cansados de esperar, os eleitos do Terceiro Estado se outorgam, a 17 de junho, o título de Assembléia Nacional, e conclamam os representantes do clero e da nobreza a se juntarem a eles. O rei Luis XVI e a aristocracia, após algumas manobras, cedem: a 9 de julho, a Assembléia se proclama constituinte.

A burguesia, à qual pertencia a quase totalidade dos eleitos do Terceiro Estado, havia conseguido uma primeira vitória. Luis XVI havia convocado os Estados Gerais apenas para votar novos impostos; eles haviam se tornado uma assembleia destinada a fazer da França uma nação capitalista.

Nada, porém, estava assegurado. O rei, provocativamente, concentra as tropas na região parisiense.

Estas notícias provocam a cólera da população parisiense já irritada pela carestia dos bens de subsistência (a colheita tinha sido ruim). No dia 14 de julho, com o objetivo de se armar, o povo parisiense toma conta da Bastilha, velha prisão real. Impressionado por esta demonstração de força, Luis XVI retira suas tropas. Pela primeira vez no curso da revolução, a burguesia deve a sua vitória à intervenção das massas.

De Paris, a agitação passa ao campo: os camponeses exigem a abolição das taxas cobradas pelos senhores locais. A burguesia, que domina a Assembléia Constituinte, não quer, entretanto, se separar da ala liberal da aristocracia. Não há abolição senão de uma parte das taxas; o essencial da espoliação que pesa sobre os camponeses não é suprimido, mas declarado resgatável a um preço bastante elevado.

## O compromisso impossível

O ano de 1790 e a primeira metade de 1791 são claramente mais calmos. A Assembléia elabora uma constituição inteiramente favorável à alta burguesia:

— os entraves econômicos são abolidos (alfândegas internas, regimentos corporativos etc);

— o rei será controlado por uma Assembléia Legislativa — um parlamento — eleita por sufrágio censitário (o que significa que os pobres não teriam direito de voto).

As massas são inteiramente excluídas: sem votos, continui-



14 de julho de 1789: o povo insurreito derruba a Bastilha, o símbolo do Antigo Regime.

dade dos pagamentos aos senhores feudais e proibição das greves pela lei Le Chapelier de 14 de junho de 1791.

Quanto ao problema do déficit orçamentário, os constituintes se esforçam para resolvê-lo da forma seguinte:

— os aristocratas têm de pagar impostos;

— os bens do clero são nacionalizados com a finalidade de serem posteriormente vendidos. Como contra valor para estes bens (a Igreja possuía 10% das terras francesas), o Estado emite uma nova moeda.

Para a alta burguesia, a revolução poderia se deter nesta fase.

Ela está perto de procurar um acordo com o rei e a aristocracia. Mas este compromisso se revelará impossível: à direita, a maioria dos aristocratas e o rei querem a volta do Antigo Regime; à esquerda, os *sans-culottes* e os camponeses querem levar a revolução adiante.

## A Assembléia Legislativa

No dia 30 de setembro de 1791, a Assembléia Legislativa é eleita através do voto censitário. Nela se acham três tendências: os *Feuillants* são os defensores do freio à revolução, do compromisso com a aristocracia; os *Jacobinos* querem impulsionar a revolução para adiante para vencer definitivamente a resistência da aristocracia; os *Marais* (Pântano) oscilam entre estas duas tendências.

Os *Girondinos* — o grupo majoritário entre os *Jacobinos*

— propõem atacar uma potência do Antigo Regime, a Áustria. Luis XVI alinha-se a este projeto esperando uma derrota da França revolucionária. A exceção de um pequeno grupo reunido em torno de Robespierre — a minoria dos Jacobinos —, o conjunto dos eleitos do Legislativo apóia os *Girondinos*.

Mal declarada a guerra, a 20 de abril de 1792, ela torna-se um pesadelo para a França: os oficiais, na sua maioria aristocratas, traem ou tramam a traição. Nas tropas, as massas populares — camponesas e urbanas — querem se bater, com a condição de que a Revolução lhes dê algo. Representantes da alta burguesia, os *Girondinos*, recusam-se a tais concessões.

Fatigados de ver a guerra mal conduzida e de nada obter dos *Girondinos*, os *sans-culottes* parisienses entram em insurreição no dia 10 de agosto de 1792. Decretam a prisão do rei e a eleição de uma nova assembleia, desta vez através do voto de todos: a Convenção.

Esta nova assembleia instala-se do dia 20 de setembro de 1792.

## 1792—1794: A fase "popular" da Revolução

Mal eleita, a Convenção proclama a República. Nesta Assembléia, os *Feuillants* desaparecem: não há mais lugar para os partidários do rei e da aristocracia. Os grupos pre-



# Francesa

*Fraternidade que a humanidade ainda não realizou.*

sentes na Convenção são: os Girondinos que haviam rompido todos os laços com os Jacobinos e que representavam a alta burguesia; os da **Montanha**, que são expressão da nova burguesia criada pela revolução: os que compraram os bens nacionalizados (do clero e dos nobres emigrados) a preços baratos, os fornecedores de armas etc; e, enfim, os **Marais** (Pântano), como na assembléia precedente.

No início de 1793, são os Girondinos que, graças ao apoio dos **Marais**, exercem a direção do país. Entretanto, no que diz respeito à pessoa do rei, os Girondinos ficam em minoria: a Convenção vota a morte de Luiz XVI, e ele é guilhotinado no dia 21 de janeiro de 1793.

A Espanha e a Inglaterra se aliam aos austríacos e prussianos em guerra com a França revolucionária. Para fazer face a estes novos perigos, a Convenção decide o recrutamento de 300 mil homens, o que provoca o movimento contra-revolucionário da Vendée. O chefe das tropas francesas na Bélgica é batido pelos austríacos, trai e se alia aos inimigos da França.

Como haviam já feito no dia 10 de agosto de 1792, os **sans-culottes** decidem corrigir a trajetória da Revolução: invadem a Convenção no dia 2 de junho de 1793 e obtêm a prisão de uma parte dos Girondinos (os outros conseguem fugir).

## Os da Montanha apóiam-se sobre os sans-culottes

O Comitê sofre a pressão de um movimento popular mais e mais agitado. Face às dificuldades de aprovisionamento de víveres — a prioridade é destinada ao Exército —, os **sans-culottes** atacam os armazéns em fevereiro.

No dia 25 de junho, o abade Jacques Roux lê uma petição na Convenção. Ela diz: “A liberdade não é senão uma ilusão quando uma classe de homens pode privar de víveres outros homens impunemente. A igualdade não é senão uma ilusão quando o rico, pelo monopólio, exerce o direito de vida ou morte sobre o seu semelhante. (...)” Jamais a propriedade privada havia sido tão claramente atacada desde o início da Revolução.

Nos dias que se seguem, os

**sans-culottes** forçam novamente os donos de armazéns a vender suas mercadorias a um preço limitado. No início de setembro, ocorrem numerosas manifestações de trabalhadores para obter a melhoria da distribuição de víveres e o bloqueio dos preços.

Os adeptos da Montanha — inclusive os mais radicais, como Robespierre, Saint-Just e Marat — inquietam-se com este questionamento da propriedade privada e da liberdade econômica. Entretanto, é necessário para eles preservar a aliança com os **sans-culottes** para tornar possível a vitória sobre a contra-revolução que ameaça por todos os lados.

A convenção e o Comitê de Salvação Pública decretam então: — a supressão total das taxas devidas aos senhores feudais no campo; — a instauração do terror — um procedimento judiciário excepcional frente aos contra-revolucionários (setembro de 1793);

— fixação de um teto para os preços (de 30% superior aos preços de 1790) e para os salários (de 50% superior aos salários de 1790).

Estas medidas, conjugadas à ascensão de novos chefes militares, permite à França revolucionária bater todos os seus adversários no curso dos últimos meses do ano de 1793.

## A ditadura jacobina

A crise de bens de subsistência reaparece com força no inverno de 1793—1794. Greves reivindicando aumento de salários ocorrem em toda uma série de fábricas, inclusive nas manufaturas de armas. A revolta reacende-se entre os **sans-culottes**. Os seus porta-vozes mais radicais (os hebertistas) são presos a 14 de março e executados dez dias depois.

Os Jacobinos depois de golpear a esquerda têm de enfrentar a oposição de direita, que tende a se afirmar. São os Indulgentes, Danton à frente, que propõem a conciliação, o fim do Terror e do bloqueio de preços. Temendo o crescimento da contra-revolução, o Comitê de Salvação Pública decide pela prisão e depois pelo guilhotinamento do grupo dos Indulgentes.

O controle exercido sobre o movimento popular se acentua: em maio, toda uma série de organizações **sans-culottes** são dissolvidas; em julho, a publicação de um novo decret-

to de preços e salários rebaixa os rendimentos dos trabalhadores. Confirma-se a separação entre os Jacobinos e os **sans-culottes**. Saint-Just escreve: “A Revolução está congelada.”

## Termidor

Em junho, Robespierre decreta o Grande Terror. Este reforço da repressão, se em princípio destina-se a arrasar a contra-revolução aristocrática, revela sobretudo que começam a existir divergências no seio do núcleo dirigente da Revolução. A burguesia separa-se de Robespierre: ela quer acabar com o terror, acelerar o retorno à plena liberdade econômica e lançar-se a uma nova guerra imperialista.

Estas divergências provocam a cisão entre os Jacobinos no seio do Comitê de Salvação Pública. No dia 27 de julho de 1794, Robespierre, Couthon e Saint-Just são presos e, em seguida, guilhotinados.

## 1794—1799: A Convenção termidoriana e o diretório

No dia 9 de novembro, a Associação dos Jacobinos é fechada. No dia 24 de dezembro, a lei do teto dos preços e salários é abolida. Este abandono de um certo dirigismo na economia provoca uma alta vertiginosa dos preços.

Cinco meses mais tarde, extenuados pela carestia e por um inverno particularmente rigoroso, os **sans-culottes** invadem a Convenção para exigir pão e o retorno do dirigismo na economia. Desta vez, o Exército intervém, ocupa o bairro Saint-Antoine — epicentro do movimento popular — e desarma os **sans-culottes**. É um grande golpe no movimento popular parisiense: ele não voltará a se levantar senão em 1830.

A reação triunfa. No sudeste, bandos realistas massacram os Jacobinos (é o chamado “Terror Branco”); em Paris, os **Muscadins** — a juventude rica — atacam as organizações populares.

Uma nova constituição é promulgada em agosto de 1795. Ela entrega o poder executivo a um diretório de cinco membros. E retorna com o sufrágio censitário, retirando o direito de voto para os não-proprietários.

Bom número de nobres emigrados abandonam o exílio e vêm se aliar à burguesia nesta grande festa mundana que é a Paris do Diretório. Neste clima, os demônios contra-revolucionários se revelam:



Um sans-culotte

## Quem eram os sans-culottes

*Os sans-culottes eram assim chamados porque eles vestiam calças ao invés dos calções justos e meias, características dos aristocratas e dos grandes burgueses. É o povo de Paris e de outras cidades quem se vestia assim. Os sans-culottes compreendiam os artesãos, os pequenos empresários e os trabalhadores. Tratava-se, portanto, de uma mistura de pequenos burgueses e de trabalhadores. Este “interclassismo” revelava-se nas suas reivindicações econômicas:*

*— eles reivindicavam uma limitação da riqueza, sem colocar em questão o princípio da propriedade privada: “Que ninguém possa ter senão uma fábrica, senão uma loja”;*

*— mas eles exigiam também o controle dos preços das mercadorias o que, em uma certa medida, prefigura as lutas operárias contra a carestia.*

encorajados pelo golpe desferido contra o movimento popular, os adeptos da realeza provocam uma insurreição no dia 5 de outubro em Paris. Ela é reprimida pelo general Bonaparte.

## A conjuração dos Iguais

Enquanto as massas populares eram acuada pela miséria, um Jacobino extrai a lição dos limites das reivindicações dos **sans-culottes**. Gracchus Babeuf organiza a Conjuração dos Iguais com o objetivo não mais de limitar a propriedade privada dos meios de produção, mas de suprimi-la. Com ele, o comunismo começa a se tornar um programa político. Mas Babeuf é muito avançado para o seu tempo. Preso em maio de 1796, é guilhotinado

um ano depois.

A França ainda viveria um período de grande instabilidade interna e de guerras externas.

Os capitalistas se afastam progressivamente de um regime que não consegue estabilizar as conquistas da revolução burguesa. Aspiram a um “homem forte”, a um “salvador supremo”. Um deles declara à época: “Precisamos de um rei que seja rei, porque eu sou proprietário, que tenha um coroa porque tenho um lugar; precisamos, portanto, para terminar a Revolução, de um rei criado por ela.”

A 9 de novembro de 1799 — o 18 Brumário ano VII no calendário revolucionário — Napoleão Bonaparte toma o poder.



Está sendo posta em voga uma interpretação simplista e enganadora dos resultados das eleições de 4 de junho último, na Polônia: o governo perdeu vergonhosamente, o Sindicato Solidariedade obteve uma retumbante vitória eleitoral. Tudo resolvido, vida nova. Vistos mais de perto, os fatos são um tanto diferentes. É verdade que o governo perdeu, mas o fato é que não larga o poder como o povo quer. É certo que o Solidariedade ganhou, mas a dura realidade é que não leva. Uma incômoda sombra política se projeta sobre este quadro — a enorme e eloqüente abstenção de quase 38%. Mais de um terço do eleitorado inscrito recusou-se a votar segundo os termos do acordo firmado entre Lech Walesa e o general Jaruselski.

No dia 3 de julho, a direção do Solidariedade manifestou a sua intenção de apoiar o nome do general Czeslaw Kizczac do POUP para a presidência da Polônia, em troca da aceitação de um nome da oposição para o cargo de primeiro-ministro. A decisão confirma a tendência do Solidariedade em partilhar com o POUP as responsabilidades de ser governo na Polônia.

Isaac Akcelrud

A conjuntura polonesa tem uma originalidade: está funcionando um acordo político entre governo e oposição, mas não foi negociado por meio de partidos políticos. A mesa redonda reuniu dirigentes do Sindicato Solidariedade e figuras governamentais. Desse modo, manteve-se a aparência do respeito consensual ao monopólio político do partido único e seus satélites e sublegendas. O Solidariedade tornou-se um híbrido que funciona como se fosse um partido, mas recuperou o direito à existência legal como sindicato. Seus candidatos formaram a lista de Lech Walesa.

Esse acordo foi tecido à base de concessões. Do ponto de vista político-eleitoral, o Solidariedade aceitou o esquema da "democracia parcial" em troca da legalidade. O esquema eleitoral aprovado na mesa redonda estabelece que:

1 — O presidente da República será eleito por um Congresso Nacional de 560 membros. O Congresso consta de 460 membros do parlamento (Dieta) mais os 100 membros do Senado.

2 — Uma quota de 65% do parlamento é reservada para os partidos da coalisão governamental, isto é, 299 deputados, maioria absoluta do Congresso Nacional. Dessa maioria prefabricada, destacam-se 35 cadeiras numa privilegiada "lista nacional" para um punhado de supercandidatos, entre os quais o primeiro ministro, sete membros do birô político, três secretários do comitê central, os ministros da Defesa e do Interior, a serem eleitos (ou nomeados) coletivamente em um escrutínio específico de turno único, desde que cada candidato obtivesse 50% dos sufrágios mais um.

## Polônia

# O aviso que vem das urnas



O resultado das urnas colocou em xeque o acordo entre o POUP e o Solidariedade

Em resumo: o esquema devia garantir maioria absoluta para Jaruselski e assegurar os mandatos para os grandes figurões da burocracia, do exército e da polícia. Já veremos que isto era indispensável para aplicar a política embutida no acordo da mesa redonda.

3 — Os 35% restantes ficaram para os candidatos independentes, eufemismo para designar a lista de Walesa, num total de 161 cadeiras.

4 — Para as cem vagas de senadores, eleição livre. É a parte que toca à democracia.

### O povo disse NÃO

É claro que o acordo, apesar do alto preço pago, teve um mérito enorme, pois permitiu que o povo se manifestasse inclusive para repelir integralmente o próprio ajuste e suas manipulações, o que atinge tanto o governo como a direção do Solidariedade. As urnas, simplesmente, mandaram os burocratas embora e decretaram a morte do partido estalinista que atende pela sigla POUP — Partido Operário Unificado Polonês. Mas também mostraram que o povo se recusa a subscrever as capitulações de Walesa.

Os resultados eleitorais são esmagadores. Eis um retrato falado da catástrofe política da burocracia na Polónia.

Da famosa "lista nacional" de 35 dirigentes do POUP só foram eleitos

dois. Nicolai Kozakiewicz é do "partido camponês" e foi premiado por ter sido contra a repressão de dezembro de 1981. O outro, Adam Zelinski, foi beneficiado por um casuismo. Era o último da lista. Os eleitores riscavam a lista de alto a baixo, mas em muitos casos, o traço não chegava exatamente até o fim da folha e os escrutinadores consideraram, não se sabe porque, que o último nome foi poupado pela repulsa geral.

Foram vetados pelos eleitores, Barcikowski, vice-presidente do Conselho de Estado; Kania, antigo primeiro secretário do partido; Czirek e Croisek, secretários do comitê central; o pelego Miodowicz, presidente do sindicato oficial; os generais Siwiki e Kiszczak, ministros da Defesa e do Interior (polícia); o primeiro ministro Rakowski; Kako, presidente da comissão de investigação dos crimes do nazismo e principal portavoiz do anti-semitismo na Polónia.

Das 261 cadeiras restantes, 161 deputados e 100 senadores, a lista de Walesa conquistou 252 já no primeiro turno. As outras ficaram para a segunda rodada. Com mais de 80% dos sufrágios contam-se 25 eleitos, entre eles os dirigentes operários e líderes grevistas no centro metalúrgico de Nova Huta e nos estaleiros de Gdansk.

Além desse rotundo NÃO aos burocratas, seus policiais e generais, uma

recusa significativa ao próprio acordo nos quase 38% de abstenções.

### Nova barganha

O Solidariedade parece assustado com o êxito nas urnas. Suas reações se resumem em dois pontos:

1 — Não festejar, não trazer o povo para a rua, nada de triunfalismo. "Todos ganharam, não há perdedores, porque todos temos o mesmo programa aprovado na mesa redonda". Uma confissão involuntária.

2 — Novo acordo com o governo confere nova oportunidade para a "lista nacional" dos candidatos da burocracia, podendo mudar nomes. A burocracia faz questão é dos 35 mandatos. Muda-se as regras do jogo para preservar a burocracia. Walesa cumpre sua parte, recomendando a votação nessa lista, dando-se preferência aos "melhores".

O diretor do jornal do Solidariedade, Adam Michnik e deputado eleito no primeiro turno, diz claramente em editorial por ele assinado: "... os representantes do Solidariedade já explicaram que os acordos da mesa redonda serão respeitados e, em consequência, a coalisão governamental, como previsto, terá 65% das cadeiras da Dieta (parlamento)".

E conclui: "Acreditar que riscando os nomes dos candidatos da lista central se pode mudar o poder da Polónia é uma ilusão. Resta unicamente a questão: como sair desta situação? Acha-mos que os dias vindouros nos trarão uma resposta sensato". Uma evasiva.

Convém assinalar, neste ponto, que o mesmo Michnik, em entrevista ao *Le Monde* de Paris, reconheceu que "a situação é potencialmente revolucionária".

### Inflação e carestia

Todos os observadores e analistas são unânimes num ponto. A situação econômica piora cada vez mais. No primeiro trimestre de 89, a produção industrial caiu verticalmente. A inflação já passou dos 100%. Está prevista uma alta dos preços da ordem dos 300%, principalmente dos alimentos. Ao aceitar o papel de segundo violino no Congresso, o Solidariedade partilhará da responsabilidade por medidas de austeridade que sacrificarão ainda mais a massa da população e afetarão o nível de emprego e as condições de trabalho da classe operária. O "socialismo de mercado" devora as conquistas dos trabalhadores.

Walesa já cumpriu a promessa de aceitar sua parte de responsabilidade ao enviar um apelo a George Bush pedindo-lhe que aumente a ajuda econômica e financeira. É um apelo ao grande capital. Em breve saberemos se os trabalhadores e o povo da Polónia subscrevem também esta cláusula do acordo da mesa redonda.